

**AVALIAÇÃO DO MANEJO FLORESTAL DAS PLANTAÇÕES DA JARI
CELULOSE S.A.**

NA REGIÃO DE ALMEIRIM, ESTADO DO PARÁ – BRASIL

**CONDUZIDO CONFORME OS PRECEITOS DO FSC
E DO PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO FLORESTAL DA SCS**

Programa de Certificação Acreditado pelo FSC

Certificado registrado sob número:

SCS-FM/COC-00077P

**SUBMETIDO PARA
JARI CELULOSE S.A.**

Vila Munguba – S/Nº

68240-000 - Monte Dourado

Estado do Pará

BRASIL

Coordenado por Vanilda Rosângela de Souza

Data da auditoria de campo: 03 a 07 de outubro de 2008

Data da versão final do relatório: 10/02/2009

Data da re-certificação: 04/12/2009

PELA

SCIENTIFIC CERTIFICATION SYSTEMS

2200 Powell St., Suite 725

Emeryville, CA 94608, USA

www.scscertified.com

Contato da SCS: Dave Wager - dwager@scscertified.com

Contato da Jari Celulose S.A: João Antonio Prestes – jprestes@grupoorasa.com.br

Organização do relatório

Este relatório é o resultado da avaliação da equipe de auditores e está dividido em duas seções. Na seção A é apresentado o Resumo Público e as informações básicas requeridas pelo FSC (Forest Stewardship Council). Esta seção estará aberta ao público em geral e tem a intenção de propiciar uma visão geral do processo de avaliação, dos programas administrativos e gerenciais e do plano de ação em relação às florestas e o resultado da avaliação. A seção A será colocada à disposição na página WEB da SCS (www.scscertified.com), até no máximo 30 dias após a re-certificação. A seção B contém as informações mais detalhadas para o uso da empresa.

Processo de re-certificação

Processo de re-certificação da Jari Celulose, na região de Almeirim e Distrito de Monte Dourado, Estado do Pará, Brasil. A Jari Celulose S.A. gerencia uma área de 1.259.958,37 ha. Destes, uma parte com 427.736 ha é objeto desta certificação. A área destinada às operações de plantações florestais é composta por 129.223,5 ha, sendo 60.229 ha de efetivo plantio, 57.133 ha disponíveis para plantio, 8.574 ha de infra-estrutura e 3.286 ha de área de preservação permanente.

PREFÁCIO

A SCS – Scientific Certification Systems, certificadora credenciada pelo FSC – Forest Stewardship Council, foi contratada pela JARI CELULOSE S.A. para realizar o processo de re-certificação das florestas plantadas da Gleba Jari, localizadas na região de Almeirim, no Estado do Pará. De acordo com o sistema FSC/SCS, as operações florestais que cumprem os padrões internacionais de manejo florestal podem ser certificadas como “bem manejadas” e, por isso, estarão habilitadas para usar o logotipo do FSC para fins de mercado.

Em outubro de 2008, uma equipe interdisciplinar de especialistas em recursos naturais foi contratada pela SCS para realizar a avaliação. A equipe coletou e analisou material documentado, realizou consulta pública através de e-mails e cartas, conduziu entrevistas, realizou auditorias de campo e escritórios por cinco dias, na propriedade requerida para a avaliação de re-certificação. Depois de completada a fase de coleta de dados, a equipe concluiu que a empresa cumpre com todos os critérios do FSC, de modo a recomendar a re-certificação.

Este relatório tem como objetivo apoiar a recomendação da re-certificação pelo FSC para a área de manejo da Jari Celulose S.A., para o manejo das florestas plantadas na região de Almeirim, no Estado do Pará, em continuidade ao certificado já existente SCS-FM/COC-00077N. Algumas Ações Corretivas Maiores foram definidas pela equipe de avaliação, após a conclusão da auditoria de campo, as quais foram entregues a Jari Celulose. A empresa cumpriu-as em sua totalidade, antes da finalização deste relatório, conforme verificação da SCS. Caso a re-certificação seja concedida, a SCS irá colocar este resumo público na página WEB da SCS (www.scscertified.com).

SUMÁRIO

PREFÁCIO	3
SEÇÃO A - SUMÁRIO PÚBLICO E INFORMAÇÕES BÁSICAS	6
1.0- INFORMAÇÕES GERAIS	6
1.1- DADOS REQUISITADOS PELO FSC	6
1.2- CONTEXTO DO MANEJO FLORESTAL	7
1.2.1- Contexto ambiental	8
1.2.2- Contexto socio econômico	9
1.3- MANEJO FLORESTAL DA EMPRESA	11
1.3.1- Antecedentes	11
1.3.2- Uso do solo	12
1.3.3- Áreas fora do escopo de certificação	13
1.4- PLANO DE MANEJO	13
1.4.1- Objetivos do Manejo	13
1.4.2- Composição da Floresta	14
1.4.3- Sistemas Siviculturais	15
1.4.4- Sistema de Manejo	15
1.4.5- Sistema de Monitoramento	19
1.4.6- Estimativa da máxima produção sustentada	22
1.4.7- Estimativa atual e projetada da produção	22
2.0 - PADRÕES UTILIZADOS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO	23
3.0 - O PROCESSO DE AVALIAÇÃO	23
3.1- DATAS DA AVALIAÇÃO	23
3.2- EQUIPE DE AVALIAÇÃO	23
3.3- PROCESSO DE AVALIAÇÃO	25
3.3.1- Itinerário	25
3.3.2- Avaliação do Sistema de Manejo	27
3.3.3- Consulta as lideranças locais	28
3.3.3.1- Modelo – Consulta Pública da Jari Celulose S.A.	30
3.3.3.2- Modelo – Questionário de Consulta Pública da Jari Celulose S.A.	32
3.3.3.3- Resumo das preocupações públicas e respostas dadas pela equipe	33
3.3.4- Outras Técnicas de Avaliação	38

3.4 – TEMPO DEDICADO A AUDITORIA.....	38
3.5 – PROCESSO DE DETERMINAÇÃO DAS CONFORMIDADES.....	39
4.0 – RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	40
4.1 - PRINCIPAIS PONTOS FORTES E FRACOS DE DESEMPENHO DA JARI CELULOSE S.A EM RELAÇÃO AOS P&C DO FSC.....	40
4.2 -PRÉ-CONDICIONANTES OU CAR’S MAIORES.....	47
5.0 – DECISÃO SOBRE A CERTIFICAÇÃO.....	49
5.1 – RECOMENDAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO.....	49
5.2 – AÇÕES CORRETIVAS REQUERIDAS (CAR’S) INICIAIS.....	50
5.3 – RECOMENDAÇÕES.....	51
6.0 – AVALIAÇÕES DE MONITORAMENTO	52
7.0 RESUMO DOS PROCEDIMENTOS DA SCS EM RELAÇÃO A INVESTIGAÇÕES DE QUEIXA.....	52
SEÇÃO B - RESULTADOS DETALHADOS DA AVALIAÇÃO COMPLETA.....	54
1.0- OBSERVAÇÕES DETALHADAS E RESULTADOS.....	54
1.1- Situações Controversas.....	105
2.0- ORIGEM, SEGUIMENTO E IDENTIFICAÇÃO DOS PRODUTOS.....	105
2.1- Avaliação de riscos e contaminação de produtos certificados e não certificados.....	106
2.2- Descrição do sistema de controle dos toretes.....	106
2.3- Ponto final da Cadeia de Custódia.....	106
2.4- Identificação visual e final da Cadeia de Custódia.....	106
3.0- ANEXOS.....	107

SEÇÃO A - RESUMO PÚBLICO E INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.0 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 - DADOS REQUERIDOS PELO FSC

Empresa	JARI CELULOSE S.A.	
Contato:	João Antonio Prestes, Diretor	
Endereço:	Vila Munguba – S/Nº 68240-000 – Distrito Monte Dourado, Estado do Pará, Brasil. Caixa Postal 121	
Telefone	+55(93) 3736-6202	
Fax	+55(93) 3736-1180	
E-mail	jprestes@grupoorsa.com.br	
WEB	www.jari.com.br	
Tipo de certificação	Área única, um único plano de manejo.	
Número de UMF	1	
Número de áreas da UMF de avaliação com menos de 100 ha	--	
De 100 a 1.000 ha	--	
De 1.000 a 10.000 ha	--	
Mais de 10.000 ha	1	
Localização da floresta a ser certificada	(JARI I)	(JARI II)
Latitude	Lat 0°20' 00" S e 1°40' 00" S	Lat 0° 20'00" S e 1° 20'00" S
Longitude	Long 51° 50'00" W e 53° 20'00" W	Long 51° 40'00" W e 52° 40'00" W
Região florestal	Tropical	
Área florestal da avaliação incluída na UMF	427.736 ha	
Com menos de 100 ha	--	
De 100 a 1.000 ha	--	
De 1.000 a 10.000 ha	--	
Mais de 10.000 ha	427.736 ha	
Posse da terra	particular (100%)	

Número de trabalhadores florestais (incluindo terceiros) que atuam na área certificada	2500
Lista de agrotóxicos empregados na UMF	Deltametrina*, Sulfluramida*, Fenitrothion* e também <i>Bacillus thuringiensis</i>,
Área de proteção florestal, protegidas das atividades de colheita florestal e manejadas preferencialmente para a conservação.	88.838,00 ha
Área florestal definida como Floresta de Alto Valor de Conservação	Foi definido como Floresta de Alto Valor de Conservação um Corredor de Fauna que está localizado entre as áreas operacionais de número 26, 11 e 28, tendo uma área de 82 ha (Figura 01)
Lista de altos valores de conservação presentes	- Áreas de conectividade; Corredores biológicos e ecológicos (diversidade faunística e florística)
Área florestal produtiva	129.223,5 ha
Área florestal produtiva classificada como “plantações” para cálculo da Taxa Anual de Acreditação (AAF)	60.229,00 ha
Lista das espécies comerciais incluídas na avaliação (nome botânico e comum)	<i>Eucalyptus</i> spp. (<i>Eucalyptus</i> urograndis, <i>Eucalyptus</i> urophylla, <i>Eucalyptus</i> pellita, <i>Eucalyptus</i> deglupta) e <i>Pinus</i> spp.
Volume anual aproximado autorizado para colheita	1.700.000 t de toras com casca/ano
Lista da categoria dos produtos certificados conjuntamente FM/COC e, portando, possíveis de serem vendidos como produtos FSC	Toras, Cavacos e resíduos florestais de eucaliptos e pinus.

*uso sob pedido de derrogação

1.2 CONTEXTO DO MANEJO FLORESTAL

O manejo de florestas plantadas desenvolvido pela Jari Celulose S.A. deve seguir as normas e legislações nacionais e estaduais pertinentes à atividade. Devem ser seguidas as seguintes principais regulamentações:

Na esfera federal:

- a. Código Florestal Brasileiro (Lei 4771/65, alterado pela Lei 7803/89)
- b. Medida Provisória nº 2.166-67, de 24/08/2001, que altera a Lei 4.771/65 (Código Florestal).
- c. Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985/2000)

- d. Resolução do CONAMA Nº 303, de 20 de março de 2002, que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.
- e. Instrução Normativa do IBAMA, No- 93, de 3 de março de 2006

Na esfera estadual:

- a. Política Estadual de Meio Ambiente (Lei 5887/95)
- b. Emissão de Notas Fiscais, quando da comercialização de produtos.

Na esfera municipal:

- a. Recolhimentos do ISSQN, quando da utilização de serviços por parte de terceiros.

Além disso, são obrigatórios todos os recolhimentos trabalhistas, na esfera federal, que incluem:

- a. Recolhimentos previdenciários
- b. Recolhimentos para o FGTS
- c. Recolhimentos aos órgãos corporativos (Contribuição Sindical)

1.2.1 Contexto ambiental

As florestas da JARI, conhecidas também como Vale do Jari, objeto da certificação, estão localizadas no município de Almeirim, Distrito de Monte Dourado, cortadas por dois sistemas de drenagem secundária que são os rios Jari e Paru, com um sistema principal do qual faz parte o rio Amazonas. O rio Paru faz o limite oeste da propriedade, o rio Jari corta ao meio a mesma, e serve como divisa entre os Estados do Pará e Amapá, enquanto o rio Amazonas faz o limite sul da propriedade. A grande maioria dos solos da Jari consiste dos latossolos amarelos, cambissolos e podzólicos com suas diversas unidades de mapeamento. Outros tipos de solo ocorrem em menor quantidade, como a terra roxa estruturada e os plintossolos. Os solos sob floresta de terra firme variam quanto aos teores de areia, argila e silte, e à maior ou menor presença de cascalho. O clima na região pode ser caracterizado como Equatorial Quente Úmido, com um regime pluviométrico marcado por duas estações bem definidas, período chuvoso nos meses de janeiro a julho, acumulando cerca de 80% da precipitação anual e o período seco que ocorre nos meses de agosto a dezembro. Há uma elevada pluviosidade anual, com concentração das chuvas no primeiro semestre do ano. As temperaturas mensais são elevadas durante todo o ano, com média anual de 26° C, com máxima de 34° C e mínima de 22° C. A amplitude térmica é reduzida, variando entre valores mensais máximos e mínimos em aproximadamente 20° C. Com relação aos ventos, a velocidade média se situa entre 2 e 4 m/s. São comuns rajadas que, em alguns raros casos, podem chegar a mais de 100 km/h.

A vegetação predominante é de Floresta Ombrófila Densa de Terras baixas Submontana e Montana, vegetação com influência fluvial (Matas de Várzea e Várzea), Floresta Ombrófila Aberta de Terras Baixas Submontana com cipós e Submontana com

palmeiras. A dominância arbórea (árvores de 25 a 50 m de altura) é contínua e são várias as espécies endêmicas de famílias paleotropicais, entremeadas com outras neotropicais de comprovada origem africana como, por exemplo, as *Lecythidaceae* e *Vochysiaceae*. Esta formação florestal é multiestratificada, do tipo de vegetação dominante na região norte. Nesta formação, estão incluídas as duas formações florestais regionalmente conhecidas como Matas de Várzea (periodicamente inundadas) e Matas de Igapó (permanentemente inundadas).

As florestas da Jari suportam uma fauna rica, com muitas espécies de mamíferos, aves, répteis, anfíbios e invertebrados, em geral, que participam da ciclagem de nutrientes, dispersão de sementes e fluxo de energia. Esses processos não só mantêm a floresta, mas também ajudam na sua regeneração. Na área da Jari Celulose, foram catalogadas, no período de 2004 a 2006, 215 espécies de aves, 38 de mamíferos, 33 de répteis e 6 de anfíbios.



Figura 1. Localização do corredor ecológico da Jari Celulose S.A.

1.2.2 Contexto Sócio-econômico

Criada em 1967, a Jari Celulose tem sua sede e fábrica estabelecidas no município de Almeirim, distrito industrial Munguba, a aproximadamente 18 km de Monte Dourado. Dentro da área da empresa, existem três municípios (Almeirim - PA, Laranjal do Jari - AP e Vitoria do Jari - AP), e mais de 100 mil habitantes, além de uma das maiores infra-estruturas operacionais da Amazônia em manejo de florestas nativas e plantadas. A Jari Celulose exerceu uma grande influência no desenvolvimento econômico do município de Almeirim, principalmente nos núcleos habitacionais Laranjal do Jari e Vitoria do Jari. Almeirim foi, historicamente, formado como ponto logístico da exploração colonial da região e instalado como município somente em 1930. Laranjal do Jari e Vitoria do Jari surgiram em função das atividades desenvolvidas pelo Projeto Jari, sendo reconhecidas como município somente em 1989 e 1997, respectivamente.

Entre 1967 e 1981, a Jari Celulose S.A. se caracterizava como um empreendimento voltado para a auto-suficiência, seja em termos de infra-estrutura, abastecimento, produção,

serviços ou comércio. A partir de 1982, visando à descentralização dos serviços, a empresa favoreceu a aquisição de um maior grau de autonomia de mercado, implicando na criação de um mercado formal em Laranjal do Jari, por meio da terceirização e criação de empresas locais prestadoras de serviço. Resumidamente, o desenvolvimento econômico do município de Almeirim veio como resultado de diversas outras ações simultaneamente implantadas na Amazônia, dentre elas o Projeto Jari.

A base da economia no município de Almeirim dividiu-se em três grandes setores: agricultura, pecuária e extração vegetal. A agricultura é basicamente de subsistência tendo como produto principal a mandioca. A extração vegetal é caracterizada pela coleta da castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*) que é comercializada principalmente no mercado internacional. A exploração da madeira em tora é realizada na sua grande maioria sem uma política efetiva de reflorestamento e manejo florestal, causando desmatamento na região. A exceção é a presença de algumas empresas que adotam o manejo das florestas como a Jari Celulose, que realiza o manejo visando à produção de papel e celulose, e a Orsa Florestal que realiza o manejo florestal para produção de madeira serrada e subsequente agregação de valor aos produtos não-madeireiros para exploração. A Jari Celulose é um dos grandes empreendimentos florestais e de desenvolvimento econômico da região e da Amazônia.

No município de Almeirim, o principal meio de transporte ainda é o fluvial, com grande quantidade de embarcações não cadastradas pelos órgãos responsáveis. O município não é considerado turístico e o fluxo de pessoas ocorre, principalmente, pelo Distrito de Monte Dourado, devido ao Projeto Jari e ao longo de sua fronteira com o município de Laranjal do Jari- Amapá.

Em Monte Dourado, o Grupo Orsa/Jari Celulose S.A. é o proprietário de quase todos os imóveis (residenciais ou não) e a concessionária de energia elétrica e água. O abastecimento e a distribuição de água estão sob a responsabilidade da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), que atende 100% das residências localizadas nesta área. Todos os domicílios são atendidos pelo sistema de esgoto sanitário e tratamento de detritos. Porém essa cobertura se restringe às áreas que foram planejadas. Nas demais comunidades rurais, não há nenhum sistema público de abastecimento de água potável. Nestas, a água provém de poços ou captada diretamente dos rios.

No município, em geral, ainda é um grande desafio o acesso pela população local aos principais serviços públicos, como a energia elétrica. A cobertura da população é de apenas 79,9% dos domicílios, causando entrave no desenvolvimento socioeconômico do município. As grandes empresas são subsidiadas pelo fornecimento de energia mediante o estabelecimento das grandes hidrelétricas que atendem o país. Porém, isso não assegura o fornecimento de energia às residências. Não existe nenhum sistema de esgoto sanitário e de tratamento do esgoto domiciliar na sede ou na zona rural do município de Almeirim. Nestas localidades, o destino dos dejetos e da água servida é dado individualmente e indiscriminadamente pela própria população, de acordo com as suas possibilidades. O destino mais comum dos dejetos são as “fossas negras”.

A taxa de analfabetismo do município é maior que a estadual. O município não dispõe de comitês e nem de organizações. No município, estão cadastradas 34 associações, cinco sindicatos e um clube (Secretaria Municipal de Saúde, 2008).

Conforme levantamento realizado pela Jari, antes da chegada do Grupo Orsa ao Vale do Jari em 2000, havia, na ocasião, 98 comunidades rurais. Isto representa mais de 3.000 famílias ou quase 14.347 pessoas vivendo na área de influência do Grupo Orsa. Grande parte destas pessoas faz parte de comunidades tradicionais e sempre viveram na região. Outras chegaram a menos tempo em busca de oportunidades de trabalho nos empreendimentos agroindustriais.

Há comunidades que estão na área há 60 anos e outras a menos de 21 anos. Entre as 98 comunidades, há escolas de ensino fundamental em 80% delas e em 46% há organizações comunitárias. O cultivo da mandioca predomina como atividade econômica em 70% das comunidades, sendo seguida pela extração da castanha (26%).

Segundo o Diagnóstico sócio-ambiental realizado pela Jari Celulose em 2005, embora existam latifúndios historicamente constituídos, 95% das propriedades são menores que 200 ha, tendo como principais problemas as questões ligadas à legalização fundiária e a demanda de terras por migrantes. Diante da sua grande extensão e da oferta de recursos florestais, comparada ao restante do cenário de degradação da região, as áreas da empresa se tornaram um grande atrativo para invasões e cortes ilegais de madeira, ocasionando uma forte pressão social, inflamados por atores com diferentes interesses econômicos (entidades sindicais, representantes locais de comunidades, madeireiros, e outros). Neste contexto, a empresa vem trabalhando com responsabilidade social, buscando relações pacíficas e sinérgicas de convivência com os atores de dentro e do entorno das suas áreas, de modo a assegurar a proteção e sustentabilidade de seus recursos naturais, em consonância com o desenvolvimento sócio-econômico da sociedade local.

1.3 MANEJO FLORESTAL DA EMPRESA

1.3.1 Antecedentes

A ocupação extrativista do vale do Jari, onde se insere a propriedade florestal da JARI CELULOSE S.A., iniciou-se, mais precisamente, a partir de 1882, através do migrante cearense Jose Julio de Andrade, que consolidou a coleta da castanha-do-Pará e do látex, passando a deter uma área de 16.000 km². Este patrimônio, em 1948, foi adquirido por um grupo formado por cinco comerciantes portugueses e um brasileiro, que permaneceu conduzindo o negócio dentro do mesmo sistema de produção extrativista, introduzindo a agropecuária e a navegação regular. Porém, não gerou alterações significativas no perfil de ocupação vigente na região. Em 1967, o patrimônio foi adquirido pelo empresário americano Daniel Keith Ludwig, passando a se chamar Jari Florestal e Agropecuária Ltda, popularmente como Projeto Jari. A partir desse período, ocorreu a renúncia das atividades de extração de castanha e da borracha. Introduziu-se a extração e o beneficiamento de minério, a silvicultura plantada e a produção de celulose. Foram feitos investimentos em infra-estrutura, instalação da termelétrica no Distrito Industrial de Munguba, bem como a abertura de nova frente de ocupação. Foram implantadas áreas urbanizadas no interior da área da empresa que incluíam a sede, a área residencial e comercial de Monte Dourado e mais três vilas. Para o abastecimento da população foram implantados estabelecimentos integralmente geridos pela então denominada Companhia do Jari.

Em 1982, a empresa foi adquirida pelo grupo CAEMI, com participação do governo federal. Durante a década de 1980, houve a reformulação da estrutura produtiva e organizacional das empresas que compunham a empresa, implicando no desencadeamento de um processo de terceirização das atividades produtivas e de abastecimento, com conseqüente redução no número de trabalhadores diretamente vinculados ao complexo. Uma parcela significativa dos trabalhadores dispensados, que até então habitavam as vilas da empresa, optaram por permanecer em Laranjal do Jari, motivados pela possibilidade de continuarem prestando serviços às empresas da região, por intermédio das empreiteiras em formação.

Em 2000, houve nova mudança no comando da empresa. Esta passou para o Grupo ORSA que já atuava na produção de chapas e caixas de papelão ondulado e papel kraftline, assumindo o controle através da Orsa Florestal. Nesta fase, foram estabelecidas as seguintes metas: obtenção de auto-suficiência em madeira; atingir um nível tecnológico e de produtividade nas atividades florestais que permitissem alcançar a auto-sustentação na produção de madeira para celulose e para fins energéticos; definir uma nova escala ampliada de produção de celulose, em função da capacidade de suporte do meio ambiente, bem como da tecnologia disponível nos setores industrial e de reflorestamento; atingir um melhor equilíbrio na utilização de fontes renováveis e não-renováveis de energia pela introdução da UHE Santo Antônio.

O Grupo Orsa detém o controle das “holdings” SAGA Investimentos e Participações e Grupo Orsa Participações S.A. e se posiciona como uma das maiores companhias de celulose e papel para embalagens, chapas e embalagens de papelão do país. Suas principais organizações são a Orsa Celulose, Papel e Embalagens (nos estados de São Paulo, Goiás e Amazonas), a Jari Celulose e a Orsa Florestal (no Pará e Amapá), a Marquesa (no estado de São Paulo e Pará) e a Fundação Orsa (em todo o Brasil).

Em 2002, foi criada a Orsa Florestal com o objetivo de realizar o manejo florestal com extração de madeira para desdobro e subsequente agregação de valor, a exploração de produtos não-madeireiros da floresta nativa e a geração de negócios agroindustriais em conjunto com as comunidades do entorno. Estes projetos são desenvolvidos e acompanhados localmente pela equipe técnica da Fundação Orsa.

Em setembro de 2000, com o trabalho contínuo de priorizar o meio ambiente, a Jari Celulose foi certificada pela ISO 14001 e, em 2004, recebeu a certificação FSC pelo seu Manejo Sustentável de florestas.

1.3.2 Uso do solo

A Jari Celulose S.A. é uma indústria produtora de celulose branqueada de eucalipto, integrada ao Grupo Orsa. Sua sede e fábrica estão localizadas no distrito industrial de Munguba, a aproximadamente 18 km de Monte Dourado, no município de Almeirim, Estado do Pará. Além do manejo de florestas nativas, a empresa desenvolve o plantio de eucalipto para abastecer a fábrica de celulose. Portanto, a madeira utilizada pela empresa é proveniente, exclusivamente, de florestas plantadas próprias. A Jari ocupa uma área (Glebas Jari I e II) de 1.259.958,37 ha. Desses, 117.362,7 ha são áreas com potencial de cultivo florestal e 545.024,9537 ha são destinados ao manejo de florestas nativas, cedidas à ORSA FLORESTAL S.A. A área abrangida pelas operações da Jari Celulose S.A. é de 129.223,5 ha, o que representa apenas 9 % da área total do Grupo Orsa. Isso mostra que a produção de celulose pode ser mantida ou ampliada, sem maiores pressões ambientais, uma vez que a expansão de áreas de cultivo não implica avanços sobre as áreas de vegetação nativa.

A situação do uso do solo pela Jari Celulose, em 2007, pode ser resumida conforme a Tabela 1.

Tabela 1. Ocupação das áreas de operações da Jari Celulose S.A.

Descrição	Área (ha)
Áreas cultivadas	60.229,1
Áreas disponíveis para plantio	57.133,6
Áreas de infra-estrutura florestal	8.574,1
Áreas de preservação permanente	3.286,7
Total	129.223,5

O Projeto Jari tem, próximo à sua área, as unidades de conservação Estação Ecológica Rio Jari e Reserva Extrativista do Rio Cajari. As áreas do entorno constituem-se, em sua maioria, de florestas públicas com presença de algumas comunidades e poucas propriedades particulares. Assim, existem problemas fundiários, conflitos de terra e exploração ilegal dos produtos florestais. Eventuais impactos sócio-ambientais foram manifestados nas preocupações públicas identificadas no processo de Consulta Pública, como apresentado no item 3.3.5.3.

1.3.3 Área fora do escopo de certificação

As áreas objeto de Certificação Florestal são propriedades privadas, devidamente registradas e reconhecidas nos órgãos competentes. Entretanto, o Grupo possui 287.197,42 ha fora do escopo de certificação que correspondem às áreas em processo de regularização de documentos junto ao INCRA. Nas áreas da empresa ou nas suas circunvizinhanças, não há populações indígenas. No entanto, há inúmeras populações ribeirinhas no entorno dessas áreas, que são consideradas como populações tradicionais. Além disso, há posseiros e famílias que “adquiriram” terras de outros posseiros, que vivem dentro da propriedade da empresa. No caso das populações ribeirinhas (comunidades locais), há aqueles que chegaram nos tempos de José Júlio de Andrade, na primeira metade do século XX. Há, também, aqueles que vieram na época dos chamados “portugueses”, no início dos anos 1950. Todavia, há, pelo menos, duas comunidades (Recreio e Arumanduba) que, segundo levantamento realizado, datam do século XIX. Todas as áreas comunitárias ocupadas estão em processo de regularização fundiária, estando as suas áreas já definidas, e demarcadas.

1.4 PLANO DE MANEJO

1.4.1 Objetivos do Manejo

Objetivos de curto prazo:

- Abastecer a fábrica no processo de produção de celulose, unicamente com madeira

oriunda de floresta plantada;

- Conscientizar os colaboradores envolvidos no processo quanto aos princípios e critérios do FSC;
- Definir planejamento, implementação e colheita de madeira visando à sustentabilidade, empregando tecnologias adequadas;
- Buscar a constante valorização e o comprometimento de seus colaboradores;
- Respeitar as comunidades influenciadas pelo manejo;
- Monitorar a produtividade florestal, buscando oportunidades de melhoria; e
- Utilizar critérios sócio-econômico, ambiental, e cultural nas tomadas de decisão.

Objetivos de médio prazo:

- Adequar a estrutura operacional às demandas e à disponibilidade de matéria-prima;
- Desenvolver tecnologias de forma a obter melhor eficiência no uso dos recursos florestais, a fim de garantir a perenidade do negócio florestal;
- Aprimorar o processo sustentável de produção de madeira com base na relação floresta/ambiente;

Objetivos de longo prazo:

- Utilizar práticas de manejo que garantam a longevidade do negócio;
- Promover o desenvolvimento sustentável da região;
- Estimular e fortalecer a organização social das comunidades;
- Conservar a biodiversidade da região; e
- Garantir a sustentabilidade dos recursos florestais e dos ecossistemas.

1.4.2 Composição da Floresta

As terras da JARI CELULOSE S.A. compreendem uma área (Glebas Jari I e II) de 1.259.958,37 ha, distribuídos pelos municípios do Laranjal do Jari e Vitória do Jari, no Estado do Amapá e em Almeirim, Estado do Pará. A Jari Celulose utiliza madeira oriunda, exclusivamente, de florestas plantadas próprias, totalizando uma área de 427.736 ha de plantios de eucalipto, visando à produção de celulose branqueada.

A área das operações florestais da Jari Celulose S.A. ocupa uma superfície total de 129.223,5 ha, dos quais, 117.362,7 ha são áreas com potencial para cultivo florestal, incluindo as já plantadas e as disponíveis para plantios adicionais.

A utilização de terras na Jari Celulose S.A. para plantios com espécies florestais exóticas teve início em 1968. Desde então, foram utilizados basicamente três grupos de espécies: gmelina (*Gmelina arborea*), *Pinus caribaea* var. *hondurensis* e eucalipto

(*Eucalyptus* spp.). A partir do início da década de 1990, definiu-se pela utilização somente de eucalipto nos plantios, tendo como material básico os híbridos *urograndis*.

Em termos de composição das áreas cultivadas com florestas, a ocupação está distribuída conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2. Distribuição das áreas plantadas com eucalipto pela Jari Celulose S.A.

Espécie	Área (ha)
<i>Eucalyptus urograndis</i> (diversos híbridos)	56.762
<i>Eucalyptus urophylla</i>	1.115
<i>Eucalyptus pellita</i>	13
<i>Eucalyptus deglupta</i>	19
<i>Pinus</i> spp.	101
Experimentação e outras espécies	2.219
Total	60.229

1.4.3 Sistemas Siviculturais

A produtividade florestal é um fator básico para a estabilização de um empreendimento. A utilização de técnicas silviculturais, aliada ao desenvolvimento de projetos de pesquisa, tem proporcionado melhorias significativas nas atividades florestais (operacionais e produtividade) e conduzido a empresa a um incremento de produtividade florestal a níveis competitivos no cenário nacional. Essas melhorias são observadas através dos resultados obtidos nos monitoramentos realizados pela empresa.

O desenvolvimento da floresta é acompanhado a partir do segundo ano de plantio até a colheita da madeira, através de inventário contínuo (anual). Desse processo resultam as estimativas do Incremento Médio Anual (IMA), que são usadas na estimativa da produtividade futura e na tomada de decisões quanto às intervenções a serem realizadas e ao controle dos estoques de madeira.

A Jari Celulose adota procedimentos operacionais bem definidos para todas as atividades de silvicultura, sempre visando à redução dos custos e ao respeito aos aspectos sociais e ambientais. Esses procedimentos são a base para o desenvolvimento florestal da empresa.

1.4.4 Sistema de manejo

SILVICULTURA

Implantação de florestas: nesta etapa, estão incluídas as atividades de produção de mudas, preparo do solo, plantio e replantio.

Produção de Mudanças: a produção de mudas comerciais é realizada por propagação vegetativa (clonagem), através da técnica de enraizamento de mini-estacas. Em conformidade com o programa de melhoramento, o material vegetativo é selecionado e os clones mais produtivos são multiplicados para os plantios comerciais.

Preparo do solo: o preparo do solo é caracterizado pelo cultivo mínimo e pode ser subdividido em:

- a) Combate a formigas;
- b) Limpeza inicial do terreno com rolo-faca e rastelo;
- c) Aplicação de herbicida pré-emergente e pós-emergente;
- d) Aplicação de calcário;
- e) Sulcamento em áreas mecanizáveis (ou coveamento em áreas não mecanizáveis) e
- f) Aplicação de fosfato;
- g) Plantio;
- h) Replantio até 20 dias após o plantio; e
- i) Aplicação de adubo até 20 dias após o plantio (150 kg/ha) e aos 60 a 90 dias após o plantio (85 kg/ha).

Plantio: o plantio é realizado em espaçamento predefinido em função do relevo do terreno, das características do solo, do potencial produtivo do material genético e da forma de utilização final da matéria-prima. Na Jari Celulose S.A., utiliza-se o espaçamento de 3 m x 3 m ou de 3,5 m x 2,6 m, dependendo do material genético. O período de plantio é o ano todo e, no verão, pode ser necessário o plantio com irrigação. O replantio é realizado cerca 20 dias após o plantio.

Prevenção e combate aos incêndios florestais: para casos de ocorrência de incêndio florestal, a Jari Celulose dispõe de um Plano de Atendimento a Emergências que visa à execução de ações corretivas e mitigadoras. O sistema de vigilância e prevenção de incêndios florestais é composto por torres de observação, brigadas e pela manutenção de aceiros e da trafegabilidade nos contornos dos plantios. Existem equipes treinadas para a intervenção direta, que têm à disposição equipamento adequado para esta finalidade. Paralelamente, são desenvolvidos trabalhos de conscientização e treinamento junto às comunidades locais, visando à prevenção dos incêndios.

Tratos culturais

Os tratos culturais são operações de controle de plantas invasoras, visando manter a área plantada livre de competição. Isso tem como objetivo possibilitar às plantas cultivadas a máxima utilização dos elementos necessários ao seu desenvolvimento (água e nutrientes). O controle das plantas daninhas é feito com produtos químicos (herbicidas) ou mecanicamente (roçadas), dependendo das características de cada local. No caso de capina química, este controle é feito através de herbicidas sistêmicos (glyphosate).

COLHEITA E TRANSPORTE FLORESTAL

Inventário pré-corte

O inventário florestal pré-corte é realizado pela Gerência de Planejamento, normalmente, cerca de 30 dias antes da colheita. São estabelecidas parcelas retangulares de 200 m² para a medição das árvores, usando-se a intensidade amostral de uma parcela por hectare. Este trabalho permite estimar o volume de madeira a ser colhido, com erros médios menores que 3 %.

Limpeza pré-corte

A limpeza pré-corte consiste da remoção da vegetação formada sob a copa das árvores cultivadas. Ela é realizada manualmente ou por processo mecanizado, dependendo das condições locais. Esta operação é necessária quando o corte das árvores é feito com motosserras. Em colheitas mecanizadas, a limpeza pré-corte pode ser dispensada, dependendo do estado de desenvolvimento do sub-bosque.

Corte e limpeza da madeira

De acordo com o padrão das florestas a serem cortadas, o volume individual, a época de corte, o tipo de solo, entre outras variáveis, define-se o sistema de colheita a ser utilizado em determinada área. Podem-se adotar três sistemas de colheita: 1) corte manual, usando-se motosserras; 2) corte usando-se o *harvester*; 3) corte usando-se o *feller-buncher*. No corte manual, as árvores são derrubadas com queda direcionada, desgalhadas e seccionadas em toras de 4,0 m de comprimento, com variação média de 5%. Nos cortes mecanizados, tanto com *harvester* quanto com *feller-buncher*, Quando realizadas mecanicamente, utiliza-se o *harvester* e o *feller buncher*, as operações são realizadas por uma única pessoa.

Baldeio

Baldeio é a operação de retirada da madeira cortada de dentro dos talhões para o local de empilhamento ao longo das estradas, de onde serão recolhidas para o transporte até a indústria. O processo utilizado pela empresa, em função da elevada eficiência e adequação às condições regionais, consiste na utilização de carregadores florestais conhecidos como *forwarder*.

Transporte

O transporte rodoviário é feito em caminhões com capacidade para 70 t. A madeira é colocada nas carretas com uso de carregadeiras de garra. A utilização do *forwarder* nas operações de baldeio possibilita o carregamento direto, sem a necessidade da operação de empilhamento ao longo das estradas ou pátios intermediários de estocagem.

No transporte ferroviário, a madeira é transferida para os vagões. A rede ferroviária da Jari Celulose estende-se por aproximadamente 68 km . São usadas duas locomotivas com 92 vagões, sendo 80 para transporte de madeira (tipo plataforma), 10 para minério (tipo gôndola) e dois para equipamentos pesados.

Manutenção de estradas

A operação de manutenção de estradas é realizada, normalmente, em áreas de colheita e nas vias principais de transporte rodoviário, com antecedência de um a três meses da colheita, de

forma sistemática, envolvendo as estradas principais e as vicinais de tráfego de madeira. Os aceiros são mantidos limpos durante todo o ano e têm por finalidade, além de facilitar o acesso ao interior dos cultivos, a prevenção de incêndios. Na época do plantio, constroem-se os muchões (montes de terra da largura da estrada e altura de 25 a 30 cm) nas estradas com declive. Esses muchões têm a função de reduzir a velocidade da enxurrada e direcioná-la para caixas de contenção (medindo, em média 2,0 m x 2,0 m x 1,0 m) que são construídas na extremidade dos muchões e na lateral da estrada (dentro da quadra) para reduzir, ao máximo, o processo erosivo do solo.

PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Todas as atividades de produção que compreendem as áreas operacionais (silvicultura, colheita e transporte) da Jari Celulose estão normatizadas pelo Sistema de Gestão Ambiental, através da NBR ISO 14001:2004. Nesse sistema, o planejamento ambiental adotado visa orientar e fornecer subsídios técnicos à área operacional das Unidades Florestais, com a finalidade de atender a legislação ambiental e os conceitos ambientais aplicados às diferentes atividades da empresa.

Algumas práticas ambientais adotadas nas diversas atividades operacionais foram definidas sobre aspectos identificados na “Avaliação e Registro dos Aspectos e Impactos Ambientais”, e implantadas como medidas mitigadoras de impactos ambientais:

- Produção de mudas em sistema de mini-propagação, adotando-se medidas como racionalização do uso de água, produtos fitossanitários e insumos através de sistemas modernos e automáticos que controlam a temperatura, a umidade e a irrigação no viveiro;
- Plantios de árvores que utilizam nutrientes de maneira eficiente, selecionadas de acordo com cada tipo de solo;
- Não se utiliza queimadas no preparo do solo e em nenhuma outra fase de produção;
- Adoção de cultivo mínimo para reduzir o revolvimento do solo e aumentar a incorporação dos resíduos vegetais, melhorando a cobertura morta. Foi eliminado o uso do fogo e, assim, mantidas as condições adequadas do solo, preservando-se suas características físicas, químicas e biológicas;
- Implantação e desenvolvimento do programa de melhoramento genético que permitiu a redução das áreas cultivadas (para o mesmo volume de demanda) e, também, a projeção de aumento da capacidade instalada, sem a necessidade de expansão da área para os plantios;
- Levantamento de reconhecimento dos solos sob florestas cultivadas, permitindo a racionalização das operações e a adoção de práticas específicas de preparo para cada unidade de manejo utilizada;
- Controle de pragas através de monitoramento das populações para identificação das necessidades específicas de intervenção (controle somente nos momentos críticos). Nos casos de necessidade de intervenção, são adotadas técnicas adequadas ao estágio de desenvolvimento da praga; e
- Investimentos em pesquisa e desenvolvimento para o aumento da produtividade florestal e revisão da projeção das necessidades de expansão das áreas de cultivo e a condução das atividades silviculturais dentro de padrões ambientais corretos.

1.4.5 Sistema de monitoramento

A Jari Celulose realiza monitoramentos, apresentando seus resumos executivos quanto aos seguintes itens:

- Acidentes de trabalho, com e sem afastamento, do pessoal próprio e das empresas prestadoras de serviço;
- Rotatividade da mão-de-obra;
- Cumprimento da legislação trabalhista e tributária pelas empresas prestadoras de serviço contratadas;
- Plano de Atendimento a Emergências;
- Análise de potabilidade;
- Situação fundiária das glebas da empresa e comunidades ;
- Impactos sociais;
- Fertilidade do solo;
- Processos erosivos;
- Ocorrência de pragas e doenças (no viveiro e nos plantios):
 - ❖ Formigas cortadeiras;
 - ❖ *Costalimaita ferruginea* e algumas espécies de lagartas desfolhadoras;
 - ❖ Espécies invasoras;
- Condições climáticas;
- Hidrologia de microbacias
- Fauna
- Incêndios florestais;
- Produtividade das florestas.

a. Monitoramento nutricional

O monitoramento nutricional tem como principal objetivo apontar os desequilíbrios nutricionais depois que a floresta já se encontra implantada e em fase de estabelecimento. Esse monitoramento inicia-se aos 18 meses após o plantio, quando a planta apresenta a taxa máxima de acúmulo da maioria dos nutrientes. Nesse período, há ocorrência simultânea de dois fenômenos que favorecem a absorção de nutrientes: alta demanda fisiológica para formação da copa, principalmente folhas, e o estabelecimento do sistema radicular, já quase totalmente formado. Portanto, a diagnose nutricional dos plantios nesse período pode indicar a necessidade de fertilizações corretivas que devem ser realizadas por volta dos 24 meses.

b. Monitoramento de microbacias hidrográficas

O monitoramento de microbacias é voltado, principalmente, à verificação dos efeitos das atividades florestais sobre os aspectos hidrológicos (qualidade e quantidade de água) e

biogeoquímicos (balanço biogeoquímico de nutrientes) da microbacia da região. Levando-se em conta as diferentes condições edafo-climáticas existentes nas microbacias experimentais, a análise integrada dos resultados contribui para o correto equacionamento das práticas de manejo florestal na busca da sustentabilidade, através de:

- Estabelecimento de indicadores hidrológicos de manejo sustentável de plantações florestais, inclusive de seus níveis, levando em conta a comparação instantânea de resultados de uma mesma atividade florestal (corte raso, por exemplo) sobre parâmetros hidrológicos nas diferentes condições edafo-climáticas;
- Estabelecimento de modelos físicos de funcionamento da microbacia, em termos de geração do escoamento direto, resposta hidrológica a eventos de chuva, balanço hídrico, ciclagem biogeoquímica de nutrientes e perdas de solo;
- Melhoria contínua das práticas de manejo florestal de plantações florestais;

c. Monitoramento de pragas e doenças

O monitoramento de pragas visa identificar as espécies, época de ocorrência e demais informações necessárias para recomendação de medidas de controle, otimizando os recursos e minimizando danos aos plantios comerciais e ao ambiente. As mais importantes pragas ocorrentes nas florestas plantadas são as formigas cortadeiras e as lagartas desfolhadoras. Para cada uma delas, a empresa executa programas de controle diferenciados, como:

Controle de formigas

O controle de formigas é uma atividade permanente, iniciando-se no período antes do corte do eucalipto e prolongando-se por todo o ciclo florestal. O controle é realizado com aplicação de iscas formicidas (sulfloramida), podendo ser feito de forma semi-sistemática ou por meio de intervenções localizadas, dependendo do grau de infestação e da espécie existente. Pode-se, também, utilizar o termonebulizador para aplicação do produto “SUMMIFOG”. Durante todas as etapas de atividade silvicultural, são mantidas rondas para localização de ataques ou surgimento de novos formigueiros. De 5 a 6 meses após o controle, é realizada uma avaliação para o levantamento dos danos e a infestação remanescente dos formigueiros, visando determinar o desempenho do controle e a necessidade de novas ações.

Controle de lagartas desfolhadoras de eucalipto

São adotados dois métodos de controle de lagartas desfolhadoras: 1) aplicação de produto biológico à base de *Bacillus thuringiensis*; e 2) distribuição de um inimigo natural, *Podisus* spp., inseto de ocorrência natural na Amazônia. Medidas de controle são adotadas dependendo do resultado do monitoramento da infestação de lagartas nas áreas de plantio. O período de ocorrência de lagartas na região coincide com o período chuvoso. Nesta época, mantém-se vigilância constante nos plantios, adotando-se, inicialmente, uma intensidade amostral baixa. Esta intensidade é aumentada se houver constatação de lagartas. Nestes locais a vigilância passa a ser intensa, a fim de identificar a necessidade ou não de intervenções de controle.

O monitoramento de pragas ocasionais é dividido em duas etapas: 1) detecção de focos; e 2) avaliação de focos. A equipe de monitoramento realiza vistorias sistemáticas para

detectar focos, percorrendo todos os talhões em busca dos agentes causadores de danos e avaliação dos sintomas como danos nas plantas, desfolhamento, coloração alterada das folhas; presença de fezes de insetos ou folhas nos carreadores; presença anormal de aves (à procura de insetos para comer) e outros. Avaliação dos focos é realizada após a sua detecção. Todos os levantamentos são registrados em formulário.

d. Monitoramento de longo prazo do impacto do manejo florestal (nativas e plantadas) sobre a biodiversidade em paisagens neotropicais

A Jari tem como proposta para este programa de monitoramento, implementar:

- (i) Monitoramento de longo prazo em plantações de eucaliptos e florestas secundárias;
- (ii) Monitoramento de longo prazo em florestas nativas manejadas (pré e pós-impacto);
- (iii) Monitoramento de longo prazo em parcelas de florestas primárias como áreas controle.

Baseado em resultados de pesquisas na paisagem do Jari, o monitoramento será focado na diversidade de besouros detritívoros (Scarabaeinae), conhecidos popularmente como rola-bostas, aves e mamíferos. Após o período inicial da fase de implantação, pretende-se formar um conjunto detalhado de indicadores capazes de refletir as mudanças na integridade ecológica local e regional.

e. Monitoramento das condições climáticas nas áreas da Jari Celulose S.A.

O monitoramento nas áreas da empresa é realizado, procurando-se identificar as variações climáticas entre as regiões de plantio. São utilizados pluviômetros manuais nas áreas mais próximas de Monte Dourado e Munguba (onde são possíveis coletas diárias de dados) e pluviômetros automáticos nas áreas mais distantes, com os quais a coleta de dados é realizada quinzenalmente.

f. Análise de potabilidade

A água para consumo humano é analisada periodicamente quanto à potabilidade, com o objetivo de acompanhar a qualidade do seu tratamento, em conformidade com a legislação vigente.

g. Plano de atendimento a emergências

A Jari possui um Plano de Atendimento a Emergências (PAE) que define os procedimentos a serem seguidos em situações de emergência, reduzindo ao mínimo o perigo potencial de lesões, danos à propriedade, ao meio ambiente e a toda coletividade. As possíveis situações de emergência são:

- Incêndios florestais;
- Vazamento e derramamento de óleos e combustíveis;
- Vazamento e derramamento de agrotóxicos.

1.4.6 Estimativa da máxima produção sustentada

A produtividade florestal é um fator básico para a estabilidade do empreendimento, principalmente porque este parâmetro determina a necessidade de ocupação de terras. A produtividade média dos plantios de *Eucalyptus* sp. era de cerca de 15 m³/ha.ano, no final da década de 1980, passando para 27,4 m³/ha.ano em 1992. Nos plantios cortados em 2004, foi obtida produtividade média de 31 m³/ha.ano. Esse ganho em produtividade é resultado de pesquisas em melhoramento genético e em técnicas silviculturais, dentre as quais, destaca-se:

- Introdução de novas espécies e procedências;
- Programa de hibridação;
- Estratégia de desenvolvimento clonal;
- Utilização de ferramentas biotecnológicas na seleção para resistência às doenças e na micropropagação de eucalipto;
- Estudos da estrutura e fertilidade do solo;
- Nutrição das plantas;
- Espaçamentos, desbastes, desramas etc.

Considerando as interações entre o solo e o material genético nas áreas atualmente sob cultivo, as expectativas de produtividade, por tipo de solo e situação de manejo, superam as necessidades da fábrica de celulose.

1.4.7 Estimativa atual e projetada da produção

O inventário florestal é a base do monitoramento dos estoques de madeira, do crescimento e da dinâmica das florestas da empresa. Para isso, a Jari adota técnicas de amostragem para a determinação ou estimativa de características quantitativas e qualitativas das florestas, a fim de elaborar um planejamento de curto, médio e longo prazo.

A coleta de dados, nessa atividade, consiste na instalação de parcelas segundo recomendação diretamente associada ao objetivo do inventário:

1) Inventário Contínuo - realizado em áreas não incluídas no Plano Integrado de Corte (PIC), usando-se intensidade amostral de 1 parcela para cada 10 ha;

2) Inventário Pré-Corte - realizada para obter informações mais recentes dos talhões a serem cortados, usando-se intensidade amostral de 1 parcela para cada 5 ha, com antecedência da operação de colheita florestal.

O plano de abastecimento da fábrica de celulose da Jari é garantido pela produtividade de suas florestas e é baseado no histórico de produção e da demanda do projeto fabril. Para o ano de 2009, está prevista a produção de 1.722.000 t de madeira para a produção de 420.000 t de celulose (Figura 1).

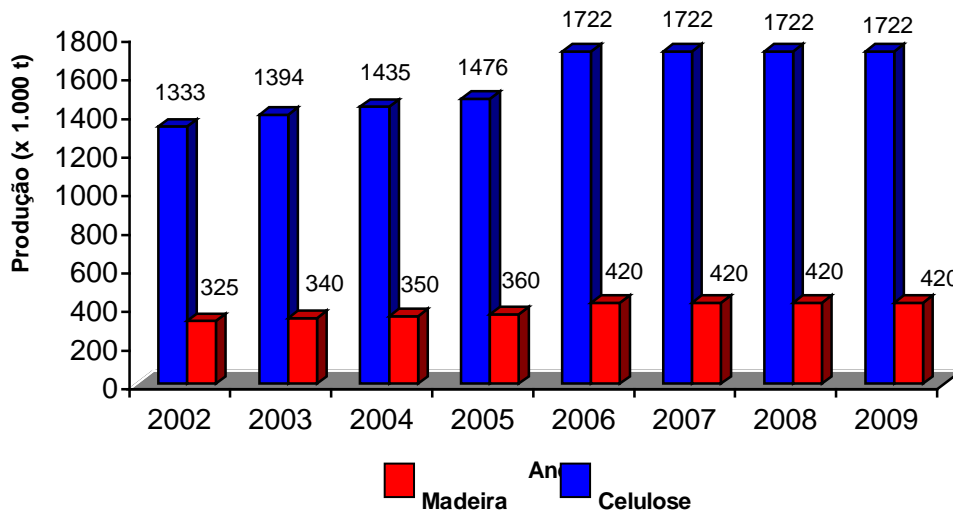


Figura 1. Produção de madeira de eucalipto da Jari Celulose, visando à expansão industrial

2.0 PADRÕES UTILIZADOS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

O padrão utilizado no processo de certificação da **JARI CELULOSE** foi o Padrão Interino da SCS para Certificação de Manejo de Plantações Florestais no Brasil, versão 1.1, novembro de 2007. Este padrão é, na maior parte, baseado no Padrão FSC para Plantações Florestais no Brasil (versão 9.0), o qual foi aprovado pelo FSC Brasil, mas ainda deverá ser aprovado pelo FSC Internacional. O padrão pode ser encontrado na página eletrônica da SCS (http://www.scsertified.com/forestry/forest_programmat_fm.html).

3.0 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

3.1 DATAS DA AVALIAÇÃO

- Auditoria de re-certificação: 02 a 07 de novembro de 2008.

3.2 EQUIPE DE AVALIAÇÃO

Vanilda R. S. Shimoyama: Engenheira florestal formada pela USP, M. Sc. ESALQ/USP e doutora pela UFPR na área de Tecnologia de Madeira. Com mais de vinte anos de experiência profissional, tem atuado como pesquisadora, consultora e prestadora de serviços para o setor privado no Brasil. No setor florestal, desenvolveu, implantou e conduziu programas de qualidade nas atividades florestais, assim como pesquisa para aumento da produtividade florestal e melhoria da qualidade da madeira. Tem atuado na área de colheita florestal a mais de sete anos. No setor ambiental, realizou estudos e desenvolveu programas para minimização dos impactos ambientais causados pelas atividades florestais; desenvolveu e implantou programa de gerenciamento de resíduos gerados nas atividades florestais, bem como normas para utilização de produtos químicos e introdução de novos produtos;

coordenou estudos de fragmentos naturais e projetos de recuperação de áreas degradadas. Na área social, desenvolveu programas de qualificação de recursos humanos (treinamentos e reciclagens), envolvendo os temas produtividade, qualidade, segurança no trabalho e meio ambiente; desenvolveu projetos, implantou e executou programas de educação ambiental na região Norte Pioneira do Estado do Paraná. No setor industrial, desenvolveu e implantou programas de Integração Floresta x Indústria, visando melhoria da qualidade do produto final e redução de custos de produção, além de estudos e programas de adequação e otimização de matérias-primas.

É coordenadora do programa de certificação da SCS no Brasil, através da empresa Sysflor, tendo participado como auditor de diversos processos de avaliação preliminar, certificação e re-certificação de unidades de manejo florestal, envolvendo plantações florestais e florestas naturais e também para sistemas de cadeia de custódia, envolvendo os mais diversificados produtos de madeira.

Dra. Ana Cristina Mendes de Oliveira: Formada em Ciências Biológicas, pela Universidade Federal de Minas Gerais, com Mestrado em Comportamento Animal, pela Universidade Federal do Pará, e Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, também pela Universidade Federal do Pará. Professora Adjunta III do Departamento de Biologia, da Universidade Federal do Pará, Professora Orientadora do Programa de Pós-graduação em Zoologia do Museu Paraense Emílio Goeldi e Pesquisadora Colaboradora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Está há 12 anos na Amazônia, acumulando conhecimentos na área de Ecologia, principalmente na área de fauna. Na área de Certificação Florestal, participou como auditora de três processos de certificação e re-certificação florestal na Amazônia, tendo realizado, também, auditoria em áreas plantações florestais, na região sul do Brasil.

Eng. Florestal Josué Rogério de Souza: formado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), no Rio de Janeiro. Técnico em Agropecuária pela Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes (EAFI), em Inconfidentes, Minas Gerais, com mais de 12 anos de experiência profissional em com manejo florestal sustentável na Amazonas. Vem atuando como coordenador de licenciamento florestal da empresa Mil Madeireira, primeira empresa certificada pelo FSC, em Itacoatiara, onde também atuou como gerente florestal por seis anos. Tem experiência em elaboração, gerenciamento e acompanhamento de projetos de Manejo Florestal e vem atuando como autônomo na região Amazônica.

Eng. Florestal Rossynara Marques: formada em 1995 pelo Instituto de Tecnologia da Amazônia, pós-graduada em engenharia ambiental pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e atualmente cursando Pós-graduação em Gestão Florestal pela UFPR. Sua experiência inclui manejo florestal na Amazônia Brasileira, gerenciamento e acompanhamento de projetos em parceria com empresas madeireiras e comunidades. Atuou por cinco anos como coordenadora do Componente Iniciativas Promissoras no âmbito do ProManejo (IBAMA), na função de articuladora de ações de fomento para o manejo florestal na Amazônia e a implementação de Centros de Treinamento junto as diferentes esferas governamentais de Meio Ambiente. Sua experiência em manejo florestal comunitário foi desenvolvida na América Latina. Desde 2000, participa do Grupo de Trabalho MFC, onde tem acompanhado e contribuído com propostas de políticas públicas. Tem experiência na área

de certificação florestal, tendo realizado trabalhos com a IMAFLORA (Brasil) e o Centro de Investigación y Manejo de Recursos Naturales Renováveis (CIMAR) da Bolívia. Na área social, implantou e é responsável pelo desenvolvimento do plano de manejo florestal comunitário em unidade de conservação no interior do estado do Pará, apoiando a realização de capacitações, adequação das técnicas de exploração de impacto reduzido para comunidades, segurança no trabalho e gestão comunitária. Trabalhou como assessora do Instituto de Desenvolvimento de Florestas do Estado do Pará (IDEFLOR), na Diretoria de Gestão de Florestas Públicas, tendo como principal atribuição a elaboração e implementação de um sistema de monitoramento para as áreas sob processo de concessão florestal do Estado. Desde 2007, vem trabalhando com a Sysflor (Certificações de Manejo e Produtos Florestais Ltda.) que é representante da SCS no Brasil, como auditora de Manejo Florestal e Cadeia de Custódia.

3.3 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação de recertificação da Jari Celulose iniciou-se com a Consulta Pública realizada em outubro de 2008. Foram notificados o FSC e inúmeras instituições ambientais, sociais e econômicas com atuação local, regional e nacional, através de e-mail e correio normal.

A equipe multidisciplinar de auditores especializados nas áreas florestal, ambiental, econômica e social iniciou seus trabalhos verificando a documentação e os procedimentos formais referentes ao manejo. Foi estruturado um banco de dados com informações existentes no geodatabase da Jari Celulose (anos 2007-2008), objetivando subsidiar a verificação em campo pelos auditores, relacionando o Macrozoneamento planejado da área do Manejo Florestal com as atividades efetivamente executadas.

Nos trabalhos de campo, todos os auditores verificaram os procedimentos operacionais de colheita florestal, planejamento, derrubada, transporte e segurança do trabalho, bem como a avaliação de aspectos ambientais e sociais, conforme o itinerário descrito no item 3.3.1. No último dia da avaliação, os auditores se reuniram para analisar as informações levantadas durante os trabalhos de campo e confrontá-las com os Princípios, Critérios e Indicadores dos padrões de certificação do FSC. Ao final, foram redigidas as ações corretivas requeridas (CAR) maiores e menores que a empresa deverá cumprir. Essas foram apresentadas na reunião de encerramento, com a presença de representantes da direção e da equipe técnica da empresa.

3.3.1 Itinerário

1ª ETAPA – AUDITORIA DE CAMPO

Data	UMF – Gleba Jari I e II	Auditor
02/11/2008	Deslocamento da equipe de auditores para o Distrito de Monte Dourado.	Todos

03/11/2008	Reunião de abertura da Auditoria: breve apresentação dos procedimentos adotados na auditoria; apresentação das atividades desenvolvidas pela empresa.	Todos
	Reunião para planejamento da logística da auditoria de campo.	
	Análise da documentação (programas, mapas, projetos etc.).	
	Visita às áreas de exploração com verificação das APP e às áreas adjacentes à AMF, incluindo a beira da área proposta de 5 % (testemunha).	Ana Cristina
03/11/2008	Verificação do programa de desenvolvimento social, educação ambiental e treinamentos.	Rossynara
	Estruturação do banco de dados para caracterização da área da empresa para a auditoria.	Josué
04/11/2008	Visita à área de colheita, checagem das condições de trabalho, higiene e segurança do trabalho.	Vanilda
	Visita ao Ministério Público de Almeirim.	
	Visita aos corredores ecológicos propostos como FAVC e às áreas de várzea dentro da UMF.	Ana Cristina
	Verificação de APP e reserva legal.	
04/11/2008	Visita às comunidades Bom Jardim e Açaizal.	Rossynara
	Visita ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória do Jari e ao SINTRACOMVAJ em Laranjal do Jari.	
	Reunião Pública em Laranjal do Jari.	Vanilda, Rossynara e Josué
05/11/2008	Entrevista ao Prefeito de Almeirim (Sr. Botelho) e ao promotor público de Almeirim.	Vanilda
	Reunião Pública em Almeirim.	
	Visita ao viveiro de mudas e ao depósito de materiais químicos.	Ana Cristina
	Verificação da documentação no escritório.	
	Visitas às comunidades Bituba e Goela da Morte.	Rossynara e Vanilda

	Verificação das operações florestais envolvendo o plano operacional, a derrubada, o traçamento, o arraste, as condições de segurança, os cuidados ambientais, a aberturas de trilhas de arraste, a conservação e a manutenção da malha viária. Identificação de tocos de diferentes áreas para rastrear a cadeia de custódia. Reunião Publica em Almeirim.	Rossynara e Josué
	Verificação de documentos no escritório. Reunião para avaliação do cumprimento dos P & C	Todos
	Verificação do plano de gestão em segurança do trabalho e de segurança patrimonial. Escritório – documentação	Rossynara
	Visita às comunidades Acapumum e Acarapi.	Rossynara e Josué
07/11/2008	Escritório – documentação Reunião para avaliação do cumprimento dos P & C e elaboração das condicionantes. Apresentação das condicionantes à Empresa.	Todos

2ª ETAPA – VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS CAR MAIORES

A Jari Celulose implementou todas as pré-condicionantes e enviou aos auditores a documentação comprovando as ações corretivas adotadas. Os auditores avaliaram a documentação e concluíram que as ações corretivas requeridas foram cumpridas (item 4.2).

3.3.2 Avaliação do sistema de manejo

Para a avaliação dos aspectos sociais, a auditoria foi prioritariamente direcionada à realização de consultas aos representantes sindicais e lideranças comunitárias. Foram realizadas visitas às comunidades com maior dificuldade de acesso e fragilizadas pela pressão externa proveniente do atual cenário na região. Foram consultados, também, órgãos públicos relacionados ao meio ambiente e à atividade florestal, bem como funcionários da empresa, e representantes da sociedade local que estiveram presente nas audiências públicas em Laranjal do Jari e Almeirim. Foram avaliadas as condições de segurança, a situação trabalhista, as condições de transporte, a alimentação, os acordos coletivos, a situação fundiária das comunidades e de sustentabilidade do empreendimento, os treinamentos sobre higiene, segurança do trabalho e ações sócio-ambientais.

Para a análise dos aspectos ambientais, foram realizadas visitas orientadas pela auditora Ana Cristina. Foi identificado e vistoriado o material cartográfico fornecido pela empresa e verificada a sua veracidade em campo, observando-se a eventual ocorrência de

irregularidades ambientais. Nessas visitas, deu-se maior atenção às áreas protegidas pela legislação, tais como as Áreas de Preservação Permanente e as definidas como Reserva Legal. O objetivo foi de verificar se elas não estavam sendo objeto de alguma atividade de produção ou perturbação antrópica como a abertura de estradas, descarga de águas superficiais, extrativismo seletivo, caça predatória ou outra. Amostras de áreas de remanescentes da vegetação natural foram visitadas para avaliar o grau de degradação e a eficiência das ações de proteção e ou de conservação. Foi dada atenção à manutenção de estradas internas para verificar os procedimentos adotados e seus impactos sobre os corpos d'água e os remanescentes da vegetação natural. Locais de monitoramento da fauna nativa e de educação ambiental (trilhas ecológicas), também, foram visitadas. Além disso, foi acompanhado o trabalho de monitoramento de fauna desenvolvido na UMF.

Para a análise dos aspectos florestais, foram visitadas as atividades como o inventário, preparo de solo, plantio, irrigação, combate à formiga, aplicação de herbicidas, colheita, arraste e transporte de toras. Foi utilizado como apoio para verificação em campo, a base de dados estruturada pelo auditor Josué, através de dados da geodatabase da Jari (anos 2007-2008). Esses dados foram relacionados com uma imagem Landsat 5, de 2006, e uma imagem de radar SRTM que cobriam toda a área do projeto. Essa estrutura foi montada em um ambiente SIG (ArcGis versão 9.2), conectado a um GPS para possibilitar a navegação em tempo real no manejo. Com esta base, foi possível relacionar, com rapidez, o macrozoneamento planejado da área do manejo florestal com as atividades efetivamente executadas. Foram visitada, também, áreas onde as operações já estavam terminadas para avaliação dos impactos causados. Foram avaliados, também, as condições de manutenção das estradas florestais, o controle de espécies exóticas invasoras, os sistemas de planejamento, os controles de produção florestal, os cadastros e a base cartográfica, além da verificação de toda a documentação pertinente.

A equipe de avaliação concluiu que a análise da documentação e as visitas de campo foram suficientes e representativas da situação real, garantindo, assim, a qualidade da auditoria. A equipe avaliou, também, as condições fitográficas nas quais a Jari está inserida e a relação empresa e sociedade local.

3.3.3. Consultas às lideranças locais (Stakeholders)

Conforme os procedimentos da SCS, as consultas às lideranças locais mais relevantes são um componente importante no processo de avaliação. As consultas foram efetuadas antes dos trabalhos de campo, através do envio de correspondência a inúmeras entidades (conforme listagem no anexo1). Dentre os consultados incluíram-se líderes sindicais, representantes de órgãos públicos, organizações privadas, lideranças políticas e moradores da entorno das propriedades. Os principais propósitos das consultas foram:

- Solicitar subsídios das partes afetadas sobre os pontos fortes e fracos do manejo florestal da Jari Celulose, assim como a natureza das interações entre a empresa e as populações de entorno;
- Verificar se os responsáveis pelo manejo florestal consultaram as partes interessadas para identificar qualquer área de alto valor de conservação.

As principais partes interessadas nesta avaliação foram identificadas com base no banco de dados da SCS, da listagem apresentada pela empresa, pela pesquisa de outras fontes, e pela listagem do FSC-Brasil. Os seguintes grupos foram definidos como as principais partes interessadas:

- Empregados da empresa, incluindo pessoal gerencial e de campo;
- Contratados;
- Proprietários vizinhos;
- Comunidades vizinhas;
- Membros do FSC-Brasil;
- Membros locais e regionais de ONG ambientais;
- Membros locais e regionais de ONG sociais;
- Agentes dos órgãos ambientais (licenciamento, fiscalização) federais, estaduais e municipais;
- Outros grupos relevantes.

A equipe de avaliação contatou organizações e indivíduos das principais partes interessadas. Somente três entidades ou indivíduo manifestaram-se com respeito à avaliação. No total, foram enviados por E-mail, ou correio, o Questionário de Consulta Pública e uma carta convite para 180 organizações e indivíduos, descrevendo o processo de certificação, quando então, foi oferecida a oportunidade de fazer os seus comentários (Anexo 02). As organizações ou indivíduos que fizeram comentários e consentiram que seu nome constasse no relatório, bem como aqueles que foram contatados, mas não responderam, estão listados no Anexo 02.

3.3.3.1. Modelo – Consulta Pública da JARI CELULOSE S.A.

CONVITE REUNIÃO PÚBLICA

Re-certificação Florestal da GLEBA JARI I e FAZENDA DO FELIPE (PA e AP)

(JARI CELULOSE e ORSA FLORESTAL)

A **SCS** – Scientific Certification Systems (www.scs-certified.com) – entidade credenciada pelo **FSC** (*Forest Stewardship Council* – Conselho de Manejo Florestal) para a Certificação Florestal, vem através desta informar a V. S^{ca} que está iniciando o Processo de Consulta Pública, visando à Re-certificação Florestal, requerida junto a esta instituição pela **JARI CELULOSE e ORSA FLORESTAL S/A**, para as **Glebas JARI I e Fazenda do Felipe**. Nessas localidades, a empresa desenvolve o manejo de plantações florestais de *eucalipto* (52.000 hectares de efetivo plantio em 115.000 hectares a serem certificados), bem como o manejo de florestas nativas (545.000 hectares a serem certificados), de um total geral de cerca de 1.700.000 hectares de propriedade das empresas. Em resumo, são 115.000 ha de plantações florestais e 545.000 ha de manejo de floresta amazônica de terra firme.

A **JARI CELULOSE e a ORSA FLORESTAL**, atualmente de propriedade do **Grupo ORSA**, têm uma longa história de atividades no país. Sua origem remonta à empresa JARI, empreendimento do Sr. Daniel Ludwig, entre 1967 e 1982, quando foi nacionalizada, ao ser adquirida por um grupo de empresários liderados pela CAEMI. A partir de 2000, o **Grupo ORSA**, de São Paulo, adquiriu o controle acionário da empresa e tem em seu escopo, implantar um manejo florestal em conformidade, tanto com os “Padrões de Certificação para Florestas Plantadas” quanto com os “Padrões de Certificação para Manejo Florestal em Terra Firme na Amazônia Brasileira”, ambas do FSC. Atualmente sua fábrica de celulose produz cerca de 390 mil toneladas anuais, sendo que 95% são destinados à exportação. O total de funcionários próprios é de 3.039 (Jari, Orsa Florestal, Fundação e Marquesa) trabalhadores que, somados aos terceirizados, chegam a 4.668 colaboradores. A área florestal especificamente, conta com 3.382 funcionários, sendo 1.753 próprios (Jari, Orsa Florestal e Marquesa) e 1.629 terceirizados. Tais valores tornam a **JARI CELULOSE e a ORSA FLORESTAL** as maiores geradoras de empregos, diretos e indiretos, da região de Almeirim e Laranjal do Jari, tendo importância para a economia local.

O processo de Re-certificação Florestal, por sua vez, prevê a *participação popular* e da *sociedade civil*, através da realização de Reuniões Públicas, a serem realizadas nos municípios de Almeirim (PA) e Laranjal do JARI (AP). A primeira reunião ocorrerá no dia **04 de novembro de 2008** (Terça-feira), entre às **18:30 e 20:00**, na ACILAJA, situado na Avenida Tancredo Neves S/N ao lado dos Correios – Bairro Agreste – Laranjal do Jari - AP. A segunda reunião ocorrerá no dia **05 de novembro de 2008** (Quarta-feira), entre às **18:30 e 20:00 h**, na Colônia dos Pescadores Z - 33, situado na Rua 17 de Março, 1766 – Bairro Nova Vida – Almeirim - PA.

Essas Reuniões têm por objetivo colher sugestões e evidências que devem balizar a auditoria que avaliará como se desenvolvem os manejos florestais nos aspectos *social, legal, ambiental e econômico*. Deste modo, a participação de cidadãos e das instâncias representativas da sociedade civil será muito importante, a fim de que todos possam

manifestar suas preocupações, comentários, sugestões, críticas ou apresentar evidências que possam ser úteis ao processo e que serão, em sua totalidade, registradas em ata, bem como contempladas no Sumário Público da Re-certificação..

Caso seja de seu interesse, encontra-se em anexo um Questionário a ser preenchido por V. Sa., sendo que o mesmo deverá ser enviado para o E-mail: vanilda.souza@sysflor.com.br., ou ainda, se preferir, ao fax: (0xx43)3535-4906. Além disso, se porventura houver interesse em obter maiores detalhes acerca dos *Padrões de Certificação do FSC para Manejo Florestal em Terra Firme na Amazônia Brasileira* e do *Padrão Interino da SCS para avaliação de Plantações Florestais no Brasil*, esses documentos podem ser obtidos no *site* do FSC (www.fsc.org.br) ou da SCS (www.scscertified.com), onde é possível fazer o seu *download*, ou então entrar em contato com os e-mails citados.

Desta forma, todos estão convidados a participar das Reuniões Públicas, independentemente do recebimento formal deste comunicado. Solicita-se, pois, de V. S^{ca}. a divulgação dos eventos às instituições e pessoas de seu conhecimento que tenham interesse em participar do processo.

Atenciosamente

Vanilda R. S. Shimoyama

Auditora da SCS / Sysflor

3.3.3.2. Modelo – Questionário de Consulta Pública da ORSA FLORESTAL LTDA e JARI CELULOSE S/A.

QUESTIONÁRIO DE CONSULTA PÚBLICA

**RE-CERTIFICAÇÃO FLORESTAL DA GLEBA JARI I e FAZENDA DO FELIPE
JARI CELULOSE S/A e ORSA FLORESTAL S/A**

MANEJO DE PLANTAÇÕES FLORESTAIS E DE FLORESTA AMAZÔNICA DE TERRA FIRME

Nome	
Instituição	
Endereço p/ Contato	
CEP:	
E-mail	
1. O(a) sr.(a) conhece a Jari Celulose S/A e a Orsa Florestal S/A? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Nao	
2. O(a) sr.(a) teria algum comentário a fazer a respeito da Jari Celulose S/A e da Orsa Florestal S/A? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Nao	
3. Quais seriam esses comentários? 	
4. O(a) sr.(a) teria algum comentário a fazer sobre as Glebas JARI I e Fazenda do Felipe, nos municípios de Almeirim (PA) e Vitoria do JARI (AP)? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Nao	
5. Quais seriam esses comentários? 	
6. Existe algum aspecto na área ambiental que o(a) sr.(a) considera digno de atenção na avaliação de campo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Nao	
Qual(is) seria(m) esse(s) aspecto(s) ambiental(is)? 6.1 _____ 6.2 _____	
7. Existe algum aspecto na área social que o(a) sr.(a) considera digno de atenção na avaliação de campo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Nao	

Qual(is) seria(m) esse(s) aspecto(s) social(is)?

7.1 _____

7.2 _____

O presente questionário tem por objetivo permitir aos cidadãos das mais variadas formações e interesses, ou representantes de instituições representativas da sociedade civil, participar de forma ativa do processo de Certificação Florestal do FSC. Desta forma, solicita-se que este questionário seja enviado para o e-mail: vanilda.souza@sysflor.com.br. Caso assim o prefira, o questionário pode ser enviado ao seguinte número de fax: (0xx43)3535-4906. Solicita-se, igualmente, que o questionário seja divulgado para aqueles que, no seu entendimento, sejam pessoas que possam contribuir para o processo.

OBS.: a) As questões levantadas neste questionário não terão as identidades dos autores expostas nos documentos atinentes ao Processo de Re-certificação.

b) A participação dos interessados na consulta pública não implicará co-responsabilidade no Processo de Re-certificação.

3.3.3.3 Resumo das preocupações públicas e respostas dadas pela equipe

Preocupações Sociais

- Quais seriam as obrigações da empresa em relação aos autônomos e como se daria a participação destes junto às atividades da empresa Orsa/Jari?

Resposta: A empresa não trabalha com profissionais autônomos nas atividades do manejo.

- O não cumprimento das obrigações trabalhistas pelas empresas prestadoras de serviços, afeta o manejo da empresa Orsa/Jari?

Resposta: A empresa realiza auditorias internas para monitorar as obrigações das prestadoras de serviços, bem como exige, contratualmente, a apresentação dos comprovantes de pagamentos de taxas federais, estaduais e municipais e outras obrigações trabalhistas. Parte dessas taxas é retida pela Orsa, discriminadas em nota fiscal, e recolhidas, conforme legislação pertinente.

- A Orsa/ Jari se preocupa com a questão da saúde nas comunidades? Quais são os deveres da empresa para com as comunidades em termos de saúde e educação?

Resposta: A empresa, em parceria com a Prefeitura municipal e a Fundação Orsa, desenvolve um trabalho de capacitação dos agentes comunitários de saúde e faz acompanhamento dos casos de doenças endêmicas no entorno da área da empresa. Além disso, a empresa realiza ações pontuais com a equipe da Fundação Orsa, por ocasião das visitas às comunidades e orienta quanto ao tratamento básico de água, através dos agentes sociais de projeto voluntário.

- Como a empresa vem trabalhando a regularização fundiária das comunidades e de indivíduos isolados em suas áreas? Há um trabalho também nas áreas de entorno? E como a sociedade vem participando nesse processo?

Resposta: O processo de regularização fundiária das comunidades está sob a coordenação do Iterpa (Instituto de Terras do Estado do Pará) e é realizado através de diagnóstico participativo nas comunidades. O processo envolve todas as comunidades do entorno da empresa.

- Depois que ocorrer toda a regularização fundiária das comunidades, a empresa vai apoiar o desenvolvimento de atividades nas comunidades? A empresa vai dar continuidade às atividades de apoio às comunidades?

Resposta: Através da Fundação Orsa, a empresa já desenvolve várias atividades de geração de renda e sócio-educacional com as comunidades e estas terão continuidade, mesmo após a regularização fundiária.

- Por que a empresa cortou a água para as comunidades de Bituba e Goela da Morte?

Resposta: A empresa desconhece que a comunidade do Bituba seja usuária de água no acampamento do Bituba, pois a distância entre o acampamento e os moradores é inviável para o acesso, considerando que não há moradores na comunidade que possua carro. Além disso, os moradores estão dispersos na floresta, muitas vezes sem ramais de acesso. A Jari desconhece essa fonte de água na qual estão se referindo. Em visita ao local, integrantes da comunidade não tinham conhecimento do problema.

- A Orsa/ Jari tem litígio com o ITERPA quanto à posse de suas áreas?

Resposta: Não! A empresa possui um termo de compromisso para regularizar as áreas das comunidades que, na prática, já está sendo realizado, conforme citado anteriormente.

- Como ficarão as demandas judiciais, no caso de reintegração de posse? Como ficará a situação do Sr. Boaventura da Comunidade Bom Futuro?

Resposta: Para garantir o patrimônio da empresa e a responsabilidade ambiental, deu-se entrada, na justiça, com pedido de reintegração de posse para todos os casos de ocupação ilegal das áreas (invasão) e, á medida que ocorrem os julgamentos, estão sendo realizadas as reintegrações.

- A empresa vem derrubando casas de agricultores, forçando a saída destes, para realizarem manejo dessas áreas?

Resposta: Todas as reintegrações de posse estão sendo expedidas pela vara agrária, incluindo o desfazimento de benfeitorias, e são realizadas pela polícia militar, em cumprimento à determinação judicial.

- A empresa destina 1% do seu faturamento aos produtores. Como acompanhar a aplicação deste recurso nas ações sociais?

Resposta: Os recursos da Fundação Orsa destinam-se a projetos em várias áreas, como: saúde, educação, garantia dos direitos da criança e adolescente, cultura, esporte etc. Conforme legislação, a empresa presta contas ao Ministério Público.

- Quais os benefícios sociais gerados ao município com a certificação da empresa?

Resposta: Os benefícios são inúmeros, como a geração de emprego com qualidade e cumprimento de toda a legislação trabalhista; cumprimento da legislação ambiental, preservando e utilizando os recursos naturais com sustentabilidade; cumprimento da legislação tributária e fiscal, aumentando a receita para o município e estado, e tem sido um exemplo para o desenvolvimento sustentável da região.

- A ORSA/Jari tem conhecimento que uma empresa terceirizada deixou, por um tempo, de fornecer a cesta básica e, quando retornaram o benefício, dividiam cada cesta para dois funcionários?

Resposta: A empresa não tem conhecimento dessa questão e acredita que seja um mal entendido uma vez que, até o momento, não houve reclamação de trabalhadores a respeito do assunto.

- Como vai ser tratada a questão das comunidades em relação ao aumento do tamanho de suas áreas, como por exemplo, o caso da comunidade do Braço? Quais serão os limites dessas áreas comunitárias?

Resposta: Todas as questões fundiárias, relacionadas às comunidades, estão sendo tratadas entre as próprias comunidades e o Iterpa. Caso haja alguma situação que necessite a participação da empresa, será dado todo apoio necessário para que o processo de regularização seja concluído.

Em terras públicas, a dimensão de áreas para as comunidades está associada ao tipo de utilização econômica da população e às regras legais, definidas pelo Estado. Não é o caso da Jari Celulose.

- A empresa tem o direito de retirar uma pessoa que ocupa, há 3 anos, uma de suas áreas, por mais que esta não esteja sendo utilizada há 10 anos?

Resposta: Para garantir o patrimônio da empresa e a responsabilidade ambiental, deu-se entrada, na justiça, com pedido de reintegração de posse para todos os casos de ocupação ilegal das áreas (invasão) e, á medida que ocorrem os julgamentos, estão sendo realizadas as reintegrações.

Preocupações ambientais

- O Plano de Manejo pode ser executado sem ter o documento de terra?

Resposta: A empresa possui documentação fundiária de toda área de manejo.

- No PMF da empresa, está especificado o levantamento de madeira de fuste 1, 2, 3 e 4 durante os inventários? São deixadas 10% das árvores para reposição da área?

Resposta: Uma das características analisadas durante a atividade do Inventário Florestal 100% é a qualidade de fuste. A qualidade do fuste pode ser 1 (retilíneo e em ótimo estado); 2 (leve tortuosidade); 3 (alta tortuosidade e baixo aproveitamento); e 4 (sem aproveitamento ou valor comercial). Durante as análises, para a elaboração do POA, todas as árvores de qualidade 3 e 4 são deixadas como remanescentes na área. Além destas, todas as árvores com DAP inferior a 55 cm ou superior a 180 cm, também, são deixadas como remanescentes. Antes da seleção das árvores a serem exploradas, são deixadas como remanescentes, também, as árvores das espécies presentes, em média, com menos de 3 árvores para cada 100 ha, as chamadas espécies raras. Assim, o percentual de remanescentes na área é muito maior que 10 %. No caso do POA 05, o percentual de remanescentes foi de aproximadamente 65 % em relação ao censo das espécies comerciais e de, aproximadamente, 40 % em relação às árvores aptas ou passíveis ao corte. Estas incluem todas aquelas com qualidade de fuste 1 e 2, DAP entre 55 cm e 180 cm, após a reservadas as matrizes (10% e limite mínimo de manutenção) e raras.

- As empresas que estão dando assistência aos fomentados de plantios de eucalipto estão tentando forçar as comunidades a usar EPI?

Resposta: Neste sentido, o que a empresa está fazendo é sensibilizar para que os fomentados façam aplicação correta dos insumos necessários ao manejo de eucalipto, de forma a se proteger e ao mesmo tempo obter uma produtividade economicamente viável. Os cuidados

que a empresa solicita aos usuários dos produtos são os mesmos que o fabricante recomenda e tem base legal.

- O desenvolvimento do manejo de impacto reduzido já vem acontecendo há algum tempo. Qual o limite da área que vai ser re-certificada e onde fica?

Resposta: A área incluída no Plano de Manejo da Jari Celulose localiza-se na região nordeste do Pará, na divisa com o estado do Amapá. Ao todo são 545.022,51 ha situados na calha norte do Rio Amazonas, limitada pelo rio Paru a oeste, pelo rio Jari a leste, pela Estação Ecológica do Jari ao norte e pelo Rio Amazonas ao sul.

- Há algum tipo de fiscalização no manejo florestal executado pela empresa?

Resposta: Além da fiscalização na área de Manejo Sustentável da Jari Celulose, pelos órgãos ambientais competentes e atuantes na região (IBAMA e SEMA - PA), o Grupo Orsa conta, também, com uma equipe de seguranças patrimoniais que, constantemente, percorrem as áreas da empresa, a fim de combater focos de desmatamentos, queimadas e invasões. Além dessa equipe de segurança, a empresa conta, também, com uma equipe de monitoramento que tem a responsabilidade de averiguar se os processos e procedimentos realizados seguem os princípios e critérios esperados de uma área de manejo certificada. A empresa certificadora também verifica e monitora a execução de todos esses procedimentos.

- A execução do manejo florestal prejudica ou prejudicará as áreas onde os colonos trabalham?

Resposta: Considerando que as áreas das comunidades estão sendo delimitadas, não haverá prejuízo algum para os colonos, pois os comunitários terão seus direitos garantidos através da regularização fundiária. Onde ainda não houve a delimitação da área para as comunidades, serão considerados os limites tradicionais das atividades da agricultura familiar já praticada.

- O manejo florestal da empresa esta atingindo as unidades de conservação de entorno (Estação Ecológica do Rio Jari e a FLOTA do Pará)?

Resposta: A área incluída no Plano de Manejo Florestal da Jari Celulose é confrontante, ao norte, com a Estação Ecológica do Jari e, a oeste, com a Floresta Estadual do Pará. Mesmo a área da UPA (Unidade de Produção Anual) 05 estando localizada a aproximadamente 65 km da área da Estação Ecológica do Jari, para a aprovação do Plano Operacional Anual 2009, essa unidade de conservação foi informada e concedeu a autorização para a operação de colheita na UPA 05, uma vez que não chega a afetá-la.

Preocupações econômicas

- Essa madeira manejada e exportada não deveria agregar valores e gerar renda para o município, bem como impostos, ficando o processo de comercialização na região?

Resposta: A empresa tem convicção de que seria muito importante se toda a madeira exportada pudesse ser beneficiada na região, aumentando o seu valor e proporcionando mais emprego, impostos e investimentos para a região. No entanto, no momento, a empresa não tem condições de implementar uma verticalização (beneficiamento), mas está nos planos de médio prazo.

- De que forma a empresa vem trabalhando a expansão das atividades produtivas nas comunidades, diante a realidade local?

Resposta: A empresa tem se baseado no diagnóstico sócio-participativo realizado nas comunidades o qual demonstrou as vocações culturais, econômicas e sociais da região. Neste sentido, já foram implantados vários projetos agroestrativistas para geração de renda nas comunidades, objetivando o desenvolvimento sustentável da região e melhoria da qualidade de vida dos comunitários. Ex: Projeto Curauá, fomento de eucalipto, hortas e melhoria da produtividade de mandioca.

3.3.4 – Outras Técnicas de Avaliação

Não foi utilizada nenhuma outra técnica de avaliação, a não ser as normalmente utilizadas, como visitas de campo, entrevistas e verificação de documentos.

3.4 – Tempo Dedicado à Auditoria

Para a avaliação da Jari Celulose, foi formada uma equipe de auditores que revisaram os documentos enviados para a auditoria. Os componentes da equipe tiveram que se deslocar dos seus locais de origem até a empresa e realizaram a auditoria de campo durante cinco dias. Além disso, foi dedicado um tempo para definir as partes interessadas e enviar o convite com o questionário. O total de horas utilizadas pela equipe é apresentado na Tabela 1.

Tabela 1. Tempo (horas) dedicado pelos componentes da equipe de auditoria para a avaliação do manejo florestal da Jari Celulose S.A.

Atividade	Vanilda	Cristina	Josué	Rossynara
Deslocamento (viagem ida / volta)	20	8	9	12
Documentação	6	4	4	6
Campo	20	20	22	20
Partes interessadas / convite	-	-	-	6
Fechamento (07/11/08)	3	3	3	3
Reunião de fechamento	5	5	5	5
Sub-total	54	40	43	52

3.5 – Processo de Determinação das Conformidades

Os padrões de certificação definidos pelo FSC compreendem três níveis hierárquicos: os princípios, os critérios que detalham o princípio e os indicadores que detalham cada critério. De acordo com os protocolos de avaliação do Programa de Conservação Florestal da SCS, a equipe de avaliação deve verificar, de forma coletiva, se uma determinada operação florestal está em conformidade com qualquer indicador aplicável dentro da relevância do padrão de certificação. Cada inconformidade de um critério ou sub-critério precisa ser avaliada para determinar se constitui uma inconformidade maior ou menor. Nem todos os indicadores têm a mesma importância e não existe nenhuma fórmula numérica para determinar se uma operação está em uma inconformidade. A equipe utiliza o julgamento coletivo para avaliar cada critério e definir a sua conformidade. Se uma operação florestal for avaliada como inconforme para um determinado critério, então, pelo menos um indicador precisa ser avaliado como uma inconformidade maior.

Ações corretivas requeridas (*Corrective action request* – CAR) são definidas para cada inconformidade. Inconformidades maiores são denominadas CAR Maiores e as inconformidades menores como CAR menores ou, simplesmente CAR.

Interpretação de CAR maiores (pré-condições), CAR (CAR menores) e Recomendações.

CAR maior/Pré-condição: corresponde a uma inconformidade maior individual, ou em combinação com outras inconformidades de outros indicadores, em uma carência fundamental para cumprir com os objetivos do critério do FSC, ao caráter único dos recursos afetados. Esta ação corretiva precisa ser resolvida ou fechada antes da emissão da certificação. Se uma CAR maior for determinada após a certificação, o prazo previsto para corrigir esta inconformidade é tipicamente menor do que uma CAR menor. A certificação estará condicionada à resposta da operação florestal em resolver a pendência no prazo estimulado.

CAR ou CAR Menor: é uma ação corretiva em resposta a uma inconformidade menor que é, tipicamente, limitada na escala ou pode ser caracterizada como erro não usual do sistema.

As ações corretivas devem ser cumpridas em um tempo pré-definido, depois de emitido o certificado.

Recomendações: São sugestões que a equipe de avaliação apresenta, no sentido de ajudar a empresa a se encaminhar a uma situação ideal de desempenho. O atendimento às recomendações é voluntária e não afeta a manutenção do certificado. Recomendações podem se tornar condicionantes, caso o cumprimento de algum critério seja afetado pela sua não execução.

4.0 – RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Nesta seção, são apresentadas as conclusões da equipe de avaliação quanto aos pontos fortes e fracos da operação florestal em relação aos padrões de certificação do FSC, bem como as ações corretivas requeridas (maiores e menores) e as recomendações para cada princípio.

4.1 - Principais Pontos Fortes e Fracos de Desempenho da Jari Celulose S.A. em relação aos P&C do FSC

Princípio	Pontos fortes	Pontos fracos	Providências
P 01: Obediência às Leis e aos Princípios do FSC	<ul style="list-style-type: none"> • A empresa formalizou seu compromisso de longo prazo com os Princípios e Critérios do FSC. • Floresta de alto valor de conservação definida. • Há evidência de cumprimento da legislação pertinente à atividade de manejo florestal como Plano de Manejo, devidamente registrado na SEMA (Secretaria Estadual do Meio Ambiente). • O processo de averbação das áreas de reserva já foi concluído. • As APP são respeitadas. • Os registros de funcionamento da empresa estão devidamente registrados. • Recolhimento dos encargos e taxas referentes à atividade em ordem. • Há evidência de cumprimento da legislação sindical. 	Há necessidade de finalizar o georeferenciamento de suas terras e comunidades, visando à renovação de seu cadastro de imóveis junto ao INCRA.	CAR Maior 2008.02

	<ul style="list-style-type: none"> • Há evidência de respeito a todos os acordos e tratados. • O responsável pelo Plano de Manejo é devidamente habilitado. • Existência de medidas para proteção da área contra atividades ilegais, proteção da fauna e incêndios florestais. • A legislação pertinente à atividade é cumprida. • Há compromisso formalizado de adesão à manutenção da integridade da floresta, em longo prazo. • Estão previstas medidas efetivas contra ações ilegais e invasões de terceiros, através de um Plano de Vigilância da área. • É feito o monitoramento do cumprimento da legislação e recolhimentos tributários pelos prestadores de serviços. • Todos os encargos e taxas atinentes à propriedade e à legislação estão devidamente recolhidos. • É observado o respeito às convenções internacionais das quais o Brasil é signatário. • Não há evidência de que a JARI esteja envolvida com extração ilegal de madeira. 		
<p>P02: Direitos e Responsabilidades de Posse e Uso da Terra</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existe uma clara documentação da propriedade. • A posse da área é mansa e pacífica. • No manejo florestal madeireiro, não se utiliza de conhecimentos de população tradicional. • Há respeito aos direitos de posse das comunidades do entorno das áreas. • A Jari Celulose demonstra compromisso em promover ações de bem-estar e educacional para a 	<ul style="list-style-type: none"> • Há necessidade de mapear as glebas/matrículas já demarcadas com georeferenciamento. • Há pendências administrativas/jurídicas envolvendo a empresa e posseiros/invasores. • A empresa necessita estabelecer canais de 	<p>CAR Maior 2008.02</p> <p>CAR 2008.05</p>

	<p>sociedade local por meio do seu programa social executado pela Fundação Orsa.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existe uma excelente estrutura de sistema de informação georreferenciada. • O manejo florestal não ameaça ou interfere nos direitos tradicionais de posse ou uso da terra dos moradores do entorno 	<p>diálogo com a comunidade local para prevenir e resolver conflitos</p>	
<p>P 03: Direitos das Comunidades Indígenas e Comunitários Tradicionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As áreas de uso comunitário estão devidamente identificadas e mapeadas pela empresa. • Está em andamento a regularização fundiária das áreas das comunidades por meio do ITERPA, com apoio da Jari Celulose. • O manejo florestal não-madeireiro será executado por algumas comunidades localizadas na área da empresa. • A avaliação de impactos sociais foi realizada e está sendo utilizado para redirecionar as atividades sociais da empresa e minimizar os impactos negativos do manejo florestal. • O manejo não ameaça qualquer direito de populações indígenas ou tradicionais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Há necessidade de finalizar o georeferenciamento das áreas comunitárias. 	<p>CAR 2008.02</p>
<p>P 04: Relações Comunitárias e Direitos dos Trabalhadores da Unidade de Manejo Florestal.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Não há discriminação por raça, religião, sexo ou posição política de mão-de-obra. • Os funcionários são contratados entre os moradores da região. • Existe um programa de treinamentos de funcionários e de terceiros envolvendo técnicas de colheita, segurança no trabalho, primeiros socorros, educação ambiental e comportamental. • Os trabalhadores demonstram compreensão acerca dos cuidados ambientais atinentes à atividade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta atualizar o plano de manejo incluindo: <ul style="list-style-type: none"> - Produtos não-madeireiros - Resultados da avaliação de impactos sociais e medidas mitigadoras. • Falta um canal formal de diálogo, registro e resolução de dúvidas e queixas. • Há necessidade de 	<p>CAR Maior 2008.03</p> <p>CAR 2008.05</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • A empresa dispõe de apoio ou parceria com instituições públicas de ensino e pesquisa, ONG, entre outras, para o desenvolvimento de suas atividades e de ações junto às comunidades. • As práticas tradicionais de colheita de produtos florestais não-madeireiros pelas comunidades locais são permitidas e fomentadas pela empresa, estando descritas no plano de manejo. • Alimentação de boa qualidade é fornecida. • Água de boa qualidade é fornecida e monitorada. • Programa de Saúde Ocupacional (PCMSO) estruturado, bem como o PPRA (riscos ambientais). • Existe Acordo Coletivo e boa imagem da empresa junto ao Sindicato de Trabalhadores. • A empresa mantém boa imagem institucional perante a sociedade local. • As ações sociais da empresa são redirecionadas diante dos resultados das avaliações dos impactos sociais. • A JARI Celulose monitora, de forma eficiente, todos os procedimentos relacionados à saúde e segurança de seus trabalhadores e terceiros. • A empresa trabalha em conjunto com as comunidades da região e com outros parceiros a exploração de produtos não-madeireiros. 	<p>esclarecer a sociedade local sobre a importância do manejo florestal da empresa para a conservação da floresta e para o desenvolvimento socioeconômico da região.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Há necessidade de um plano de gestão de segurança no trabalho, com sistematização e análise dos registros de acidentes e incidentes (sistema próprio e de terceiros) e um programa de CIPA integrada entre Jari/Orsa e as prestadoras de serviços. 	<p style="text-align: center;">CAR 2008.08</p> <p style="text-align: center;">CAR 2008.10</p>
<p>P 05 : Benefícios da Floresta</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O manejo florestal é realizado de forma objetiva e empresarial, visando ao suprimento de madeira para produção de celulose. 	<p>Há necessidade de implementar os procedimentos para avaliar as condições para monitorar e controlar as erosões e</p>	<p style="text-align: center;">CAR Maior 2008.04</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • A Jarí Celulose gera grandes benefícios às comunidades locais e do entorno em forma de tributos arrecadados, ações sociais diretas e indiretas, melhoria da qualidade de vida etc. • A atividade florestal tem viabilidade econômica e leva em conta os custos ambientais, sociais e operacionais, assegurando investimentos para a manutenção de sua produtividade ecológica. • A empresa promove o uso de bens e serviços de fornecedores locais. • Os equipamentos de colheita e silvicultura são adequados de acordo com as condições locais (topografia, tipo de solo) e viáveis economicamente. • A JARI utiliza mão-de-obra essencialmente local (própria e terceirizada), gerando empregos e renda para a região. • Amostras representativas dos ecossistemas existentes dentro da paisagem são protegidas em seu estado natural e identificadas em mapas. • Existem procedimentos formais para o controle da caça e da pesca. • Não há conversão de áreas florestais para outros usos não-florestais da terra. • O manejo praticado estimula a otimização do uso da floresta e minimiza o desperdício associado às operações de colheita. • Existe um programa de inventário florestal contínuo demonstrando que a estimativa de produção tem equivalência 	<p>piçarreiras.</p>	<p>CAR 2008.07</p>
--	--	---------------------	--------------------------------------

	<p>com a obtida no inventário.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os produtos químicos, vasilhames, resíduos não-orgânicos, líquidos e sólidos, incluindo combustíveis e óleos lubrificantes, são dispostos de maneira ambientalmente apropriada, em local adequado. • Há um plano adequado para prevenção e combate a incêndios. • Há compatibilidade entre os níveis de colheita atuais e os dados de crescimento. • A empresa não utiliza organismos geneticamente modificados. • A empresa gera matéria-prima para produção não-madeireira. • Observam-se produtividades crescentes, possibilitando maior eficiência no abastecimento de matéria-prima para a fábrica de celulose. • Não se utiliza fogo no preparo do solo. • A colheita dos produtos florestais não excede os níveis de produção sustentáveis. 		
P 06 : Impacto Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • A avaliação dos impactos ambientais contemplam levantamentos e estudos sobre fauna e flora. • As APP são mantidas intactas dentro da área de manejo florestal. • As APP mantêm uma certa conectividade dentro das áreas plantadas. • Existe um plano eficiente de prevenção e combate a incêndios florestais. • Os procedimentos e infraestrutura implantados para o manuseio, tratamento, descarte e 	<p>- Há necessidade de apresentar um sistema de monitoramento e controle, contendo mapa dos pontos de erosão na malha viária, incluindo cascalheiras.</p> <p>- Foi observado, no sistema de colheita, em algumas áreas, que tem sido realizado corte anual em áreas extensas, podendo causar impactos ambientais negativos.</p>	<p>CAR Maior 2008.04</p> <p>CAR 2008. 11</p> <p>REC 2008. 01</p>

	destino final de resíduos e embalagens são apropriados.		
P 07: Plano de Manejo	<ul style="list-style-type: none"> • Existe um plano de manejo apropriado à escala e à intensidade das operações propostas que vem sendo implementado e atualizado. • Os objetivos de longo prazo do manejo florestal e os meios para o seu cumprimento estão claramente descritos no Plano de Manejo. • Existe descrição dos recursos florestais a serem manejados e sistemas de manejo, de acordo com suas características. • Há evidências de que as equipes de planejamento e operação conhecem o plano de manejo. • O resumo do plano de manejo está disponível para consulta pública. • Há programa de treinamento dos trabalhadores próprios e de terceiros. • O planejamento, a implantação e a manutenção da malha viária são realizados de acordo com especificações técnicas. • Há descrição e justificativa das técnicas de colheita escolhidas e equipamentos utilizados. • Há controle e armazenamento adequado dos produtos colhidos. • Existe um plano de prevenção e controle de incêndios, equipes treinadas e com responsabilidades definidas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Há necessidade de atualizar o Plano de Manejo. • A comunidade local deve ser informada sobre as atividades de manejo florestal, bem como sua importância para a conservação das florestas nativas e o desenvolvimento sócio-econômico da região. • Falta aprimorar o processo de divulgação do resumo atualizado do plano de manejo para as lideranças comunitárias, sindicais e associações. 	<p>CAR Maior 2008.03</p> <p>CAR 2008.08</p> <p>CAR 2008.09</p>
P 8 – Monitoramento e Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • A empresa mantém parcerias com instituições de pesquisa que têm realizado monitoramentos ambientais na UMF. • O monitoramento e avaliação dos impactos têm sido conduzidos na UMF. Para isso, existem normas e periodicidades predefinidas. 	Há necessidade de implementar os procedimentos para levantar as condições necessárias para o monitoramento e controle de erosões e piçarreiras.	CAR Maior 2008.04

	<ul style="list-style-type: none"> • Estão sendo realizados os monitoramentos de fauna pré- e pós-colheita, recuperação da floresta após a colheita, aspectos sociais entre outros. 		
P 09 – Manutenção de Florestas de Alto Valor de Conservação	<ul style="list-style-type: none"> - A empresa desenvolve estudos da fauna e flora da área de manejo florestal. - Uma área de 82 ha foi definida como Floresta de Alto Valor de Conservação. 	- Falta apresentar mecanismos formais de manutenção das áreas de FAVC.	CAR Maior 2008.01 CAR 2008. 06

4.2 Pré-condicionantes ou CAR Maiores

Pré-condicionantes são ações corretivas (CAR) maiores definidas após a avaliação inicial em uma operação florestal e antes que esta seja certificada. A re-certificação não pode ser concedida se existir uma CAR Maior não cumprida.

A seguir, são apresentadas as CAR-Maiores que foram definidas para a JARI CELULOSE durante a avaliação inicial. A empresa cumpriu todas as CAR-Maiores no período determinado pela equipe de auditores. Assim, as medidas tomadas foram aceitas e todas as CAR-Maiores foram fechadas.

Inconformidade: Apesar da existência de corredores formados pelas APPs nas áreas nativas, não foram definidas áreas de FAVC na floresta plantada, apenas na floresta nativa.	
CAR Maior 2008.01	Definir os atributos e a área de alto valor de conservação na UMF da Jari Celulose S.A. e apresentar mecanismos formais de manutenção das áreas de FAVC em áreas plantadas, definidas formalmente.
Referência	P9.c1; P9.c2.i1
Ações da Empresa	
A empresa apresentou em documento escrito a definição de um corredor ecológico com 82 ha que possibilita a conectividade de áreas florestais nativas dentro de uma extensa área de floresta plantada. O corredor está devidamente mapeado e identificado	
Posição no final desta auditoria:	
CAR cumprida	

Inconformidade: As áreas inclusas no escopo de certificação não estavam claramente destacadas em mapas e planilhas, assim como as áreas das comunidades.	
CAR Maior 2008.02	Apresentar um mapa e planilha com as informações das glebas/matrículas, diferenciando as que já foram demarcadas das que ainda se encontram em processo de demarcação. No mesmo mapa, destacar a área dentro do escopo de certificação. As informações devem incluir: especificações de Gleba, área dentro do escopo de certificação para cada gleba e área de comunidades.
Referência	P1.c1; P2.c1; P2.c1.i1; P2.c2; P2.c2.i3; P3.c6.i1
Ações da Empresa	
Foi apresentada uma lista com 115 Glebas/matrículas, das quais, 81 já demarcadas com georreferenciamento e 34 ainda não marcadas. Também, foi elaborado um mapa com as Glebas destacadas em diferentes cores para a área demarcada com georeferenciamento e aquelas ainda não demarcadas. No mapa, foram inseridas as áreas das comunidades.	
Posição no final desta auditoria	
CAR cumprida	

Inconformidade: A empresa realiza, desde 2007, através da Fundação Orsa, ações sociais junto às comunidades locais. Entretanto, informações sobre essas atividades não estão atualizadas no plano de manejo.	
CAR Maior 2008.03	Atualizar plano de manejo incluindo: - Produtos não-madeireiros - Resultados da avaliação de impactos sociais e medidas mitigadoras
Referência	P4.c4; P4.c4.i1; P7.c2
Ações da Empresa	
A empresa apresentou a versão atualizada do Plano de Manejo Florestal com a inclusão de atividades direcionadas para a utilização de produtos não-madeireiros e da avaliação dos impactos sociais gerados pelas ações desenvolvidas pela empresa junto às comunidades e sociedade local. A exploração dos produtos não-madeireiros será realizada, preliminarmente, nas florestas próximas às comunidades (coleta do óleo de copaíba e de andiroba, pracaxi, buriti, castanha, sementes diversas e cipó-titica, entre outros). No contexto social, a empresa apresentou os resultados do trabalho desenvolvido junto às comunidades locais que foram estruturados, inicialmente, a partir da identificação das fragilidades dessas comunidades em termos de educação, saúde, cidadania, assistência técnica, extensão rural e logística de transporte da produção, entre outros. Assim, a empresa estabeleceu ações direcionadas, prioritariamente, para algumas comunidades, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de negócios sustentáveis, priorizando os projetos agrícolas e florestais e o fortalecimento de empreendimentos comunitários locais.	
Posição no final desta auditoria	

CAR cumprida	
Inconformidade: Foram detectados pontos erosivos em evolução ao longo da malha viária da empresa, sem monitoramento, mapeamento ou medidas de controle.	
CAR Maior 2008.04	Apresentar um sistema de monitoramento e controle de erosões ao longo da malha viária, mapeando-as, incluindo as cascalheiras.
Referência	P5.c5.i2; P6.c5; P8.c1.i1
Ações da Empresa	
A empresa apresentou os procedimentos estabelecidos para levantar as condições necessárias para a realização do monitoramento e controle de erosões e cascalheiras, adotando como instrumento de registro o PAE – Planilha de avistamento de erosões, RVEP – Relatório de vistoria de erosões e piçarreiras e PRAD – Plano de recuperação de áreas degradadas.	
Posição no final desta auditoria	
CAR cumprida	

5.0 – DECISÃO SOBRE A CERTIFICAÇÃO

5.1 – RECOMENDAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO

Como determinado pelo protocolo do Programa de Conservação Florestal da SCS, a equipe de avaliação recomenda que a **JARI CELULOSE S.A.** seja contemplada com a recertificação de 5 anos do FSC, com o respectivo certificado de “floresta bem manejada”, sujeito ao cumprimento das ações corretivas requeridas descritas no item 5.2, por um período de cinco anos (2009 a 2014). A **JARI CELULOSE S.A.** tem demonstrado que o seu sistema de manejo é capaz de garantir que todos os requerimentos do Padrão Interino da SCS para Certificação de Manejo de Plantações Florestais no Brasil, versão 01, novembro de 2007, nas áreas florestais objeto desta avaliação. A JARI CELULOSE tem demonstrado, também, que o sistema de manejo descrito está sendo cumprido corretamente em todas as áreas cobertas por esta avaliação.

5.2 – Ações Corretivas requeridas (CAR) Iniciais

Inconformidade: A Jari não dispõe de canal formal de diálogo com a comunidade local para registro e resolução de dúvidas e queixas.	
CAR 2008.05	Criar um canal formal de diálogo com a comunidade local para registro e resolução de dúvidas e queixas.
Prazo	Auditoria de 2009

Referência	P2.c3.i2; P2.c4.i2; P4.c4.i2
-------------------	------------------------------

Inconformidade: Não há definição formal dos mecanismos para a manutenção das áreas de FAVC na UMF da Jari Celulose S.A.	
CAR 2008.06	Apresentar mecanismos formais de manutenção das áreas de FAVC na UMF da Jari Celulose S.A., considerando: <ul style="list-style-type: none"> - incluir no Plano de Manejo, bem como no resumo público, medidas específicas que assegurem a manutenção dos atributos de conservação aplicáveis, consistentes com a abordagem de precaução; - mecanismos de monitoramento anual para verificar a eficácia das medidas empregadas para manter os atributos de conservação apropriados para a FAVC.
Prazo	Auditoria de 2009
Referência	P9.c3.i1; P9.c4.i1

Inconformidade: Existem pontos erosivos sem monitoramento, com pontos críticos que precisam ser corrigidos.	
CAR 2008.07	Corrigir pontos erosivos e monitorar os pontos críticos (Voçorocas)
Prazo	Auditoria de 2009
Referência	P5.c5.i2

Inconformidade: No programa de educação ambiental da empresa não consta ações de divulgação incluindo informações sobre o manejo florestal.	
CAR 2008.08	Incluir no programa de educação ambiental da empresa, ações de divulgação, contemplando o manejo florestal.
Prazo	Auditoria de 2009
Referência	P4.c4.i2; P7.c4.i2; P7.c4.i3

Inconformidade: Não há evidência de que o resumo atualizado do plano de manejo seja divulgado para lideranças comunitárias, sindicais e associações.	
CAR 2008.09	Apresentar registros de divulgação do resumo atualizado do plano de manejo para lideranças comunitárias sindicais e associações.
Prazo	Auditoria de 2009
Referência	P7.c4.i2; P7.c4.i3

Inconformidade: A Jari Celulose não dispõe de um plano de gestão de segurança do trabalho, nem sistematização dos registros de acidentes e incidentes (sistema próprio e terceiros) para análise, nem programa de CIPA integrada entre Orsa/Jari e as prestadoras de serviços.	
CAR 2008.10	Elaborar e implementar um plano de gestão de segurança do trabalho incluindo a sistematização e análise dos registros de acidentes e incidentes (sistema próprio e terceiros) e um programa de CIPA integrada entre Orsa/Jari e prestadoras de serviços
Prazo	Auditoria de 2009
Referência	P4.c2C.i1; P4.c2C.i7; P4.c2C.i9

Não conformidade: O plano de colheita anual deve considerar a sustentabilidade das microbacias hidrográficas contidas na UMF. Extensas áreas contínuas de colheita podem afetar a produção de água nas microbacias, podendo também exercer impactos negativos sobre a fauna.	
CAR 2008.11	Apresentar um estudo de adequação do cronograma das operações de colheita e plantio de maneira a evitar o corte em grandes extensões de áreas buscando a formação de mosaico na paisagem
Prazo	<i>Auditoria de 2009</i>
Referência	<i>FSC Critério P10 C2 i2; P10 C2 i3; P10 C2 i5</i>
Ações da empresa	
A Empresa apresentou documento de Manejo de Povoamento Florestal em Mosaico com mapas e cronograma de plano de corte onde foram ressaltadas as áreas a serem colhidas no ano de 2009 considerando áreas menores de colheita com permanência de áreas maiores plantadas favorecendo a formação de mosaico.	
Posição no final desta auditoria	
CAR cumprida	

Não conformidade: A empresa emprega dois químicos banidos pelo FSC, Deltamethrina e Fenitrotiona.	
CAR 2008.12	Descontinuar uso de Deltamethrina e Fenitrotiona e qualquer outro químico não permitido sem derrogação do FSC. Realizar análise do documento “FSC-GUI-30-001 VERSION 2-0 EN” publicado em 7 de maio de 2007 para assegurar que não empregará outros químicos banidos sem derrogação.
Prazo	<i>Auditoria de 2009</i>
Referência	<i>Indicador P6.C6.i9 do FSC</i>

5.3 – Recomendações

Antecedentes/Justificativas: Foi observado em campo que, em algumas áreas, a

exploração de um ano para outro tem sido realizada em talhões adjacentes.	
REC 2008.01	Evitar exploração em áreas adjacentes de um ano para outro, explorando a UMF alternadamente ao longo dos anos, como forma de minimizar os impactos na paisagem, estimular a regeneração e conter a propagação do fogo.
Prazo	<i>Auditoria de 2009</i>
Referência	<i>FSC Critério P10.c2.i2</i>

6.0 – AVALIAÇÕES DE MONITORAMENTO

De acordo com os princípios e critérios do FSC, uma empresa certificada deve passar por uma auditoria de monitoramento, pelo menos uma vez ao ano, para avaliar a execução de cada ação corretiva requerida e revisar a continuidade do cumprimento dos Padrões Interinos da SCS de Certificação do Manejo de Plantações Florestais no Brasil, versão 1.0. Os resumos públicos das avaliações do manejo desenvolvido pela empresa Jari Celulose S.A. estarão à disposição na página WEB da SCS (www.scscertified.com).

7.0 Resumo dos procedimentos da SCS em relação às investigações de queixas

A seguir é apresentado um resumo dos procedimentos da SCS em relação à resolução de queixas. Os procedimentos completos estão à disposição na SCS mediante pedido. Tais procedimentos foram previstos e estão disponíveis para qualquer organização que perceba algum problema em relação ao Programa de Conservação Florestal da SCS e que tenha alguma razão para questionar a SCS propriamente dita pelas suas ações, ou em relação aos detentores de um certificado da SCS.

Os procedimentos constituem-se no primeiro foro e mecanismo para tentar resolver problemas de forma cordial, logrando, com isso, evitar a necessidade de envolver o FSC. Queixas podem ser originárias de nossos clientes (ex.: donos de floresta, empresas ou distribuidores) ou de outras partes interessadas (stakeholders). Para haver um padrão nesse procedimento, as queixas devem ser feitas por escrito, acompanhadas de evidências de apoio e submetidas até 30 dias a partir da ocorrência das ações que provocaram as demandas.

A descrição da queixa deve conter:

- Identificação e indicação de uma pessoa de contato com relação à queixa apresentada;
- Clara descrição da ação reclamada (data, local, natureza da ação) e indicação de que partes ou indivíduos estão associados à ação;
- Explicação de como a ação está violando os requisitos do FSC, de maneira mais específica possível, em relação aos requisitos do FSC aplicáveis ao caso;
- Descrição dos esforços realizados diretamente com o detentor do certificado para resolver a questão, no caso de queixas contra ações do detentor de um certificado.
- Proposição de quais ações deveriam ser tomadas, levando em conta a opinião do requerente.

As queixas formais devem ser submetidas ao:

Dr. Robert J. Hrubes
Senior Vice-President
Scientific Certification Systems
2000 Powell Street, Suite 1350
Emeryville, California, USA94608
Email: rhrubes@scscertified.com

Como detalhado no *Manual de Certificação da SCS-FCP*, as investigações sobre as queixas serão realizadas de forma confidencial, em um período de tempo razoável. Se for apropriado, ações corretivas ou preventivas serão determinadas e a resolução de qualquer deficiência encontrada em produtos ou serviços deve ser tomada e documentada.